

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Iara Freitas Ruschel

**Gênero nas páginas do Coojornal: uma análise dos debates sobre o papel da mulher
brasileira na década de 1970 a partir da imprensa alternativa**

Porto Alegre

2017

Iara Freitas Ruschel

**Gênero nas páginas do Coojornal: uma análise dos debates sobre o papel da mulher
brasileira na década de 1970 a partir da imprensa alternativa**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em História apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa Dra. Natalia Pietra Méndez

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Ruschel, Iara Freitas

Gênero nas páginas do Coojornal: uma análise dos debates sobre o papel da mulher brasileira na década de 1970 a partir da imprensa alternativa / Iara Freitas Ruschel. -- 2018.

69 f.

Orientadora: Natalia Pietra Méndez.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. coojornal. 2. gênero. 3. feminismo. 4. imprensa alternativa. 5. censura. I. Méndez, Natalia Pietra, orient. II. Título.

Iara Freitas Ruschel

Gênero nas páginas do **Coojornal**: uma análise dos debates sobre o papel da mulher brasileira na década de 1970 a partir da imprensa alternativa

Trabalho de Conclusão do curso de Licenciatura em História apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em:

Conceito:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Natalia Pietra Méndez (Orientadora) - UFRGS

Profa. Dra. Daniela Adriana Garces de Oliveira - PUCRS

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó - UFRGS

Porto Alegre

2017

Ao meu falecido pai, que me ensinou a gostar de livros, jornais, cinema e história....Ele dizia também ter aprendido que era errado a exploração do homem pelo homem e fazia questão de acrescentar que homem neste caso, significava todos os seres humanos.

AGRADECIMENTO

Agradeço a instituição, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se mantém firme e forte, apesar de que as verbas destinadas ao ensino público não seja tão férteis, como deveriam ser. Não fosse esta universidade, pública, não conseguiria concluir a minha graduação. Espero honrar a instituição e o dinheiro público destinado à ela, dedicando o conhecimento que adquiri, à sociedade.

Não posso esquecer de agradecer ao corpo docente, que de uma forma ou outra, também colaboraram com a minha formação. Alguns mais do que outros, pois, disto também dependem as escolhas e preferências por determinados temas de estudo. Escolhas que fazemos no andamento do curso e que vão se alterando, conforme agregamos mais conhecimentos. Mas posso dizer sem sombras de dúvidas, que todos os professores sem exceção, ajudaram na minha formação. Com cada um aprendi algum tema novo, ou uma nova forma de ver determinado tema, por isto meu agradecimento a todos.

Especial agradecimento a minha orientadora, Profa. Dra. Natalia Pietra Méndez, responsável no departamento de história, entre outras atividades acadêmicas, pela disciplina de História do Feminismo e Técnicas da Pesquisa Histórica. Foram as suas diversas e preciosas dicas como orientadora, que me ajudaram a concluir a este trabalho. Por ser o primeiro Trabalho de Conclusão de Curso, sabia o que queria fazer, mas não sabia como fazer. A professora Natalia Méndez, soube entender a minha dificuldade e prestar as orientações necessárias, com muita dedicação e paciência.

Agradeço a minha família que sempre incentivou todas as escolhas que fiz e especialmente ao meu filho, que não permitiu que eu desistisse de concluir a graduação, mesmo quando já cansada por agregar uma jornada de trabalho em turno integral e ainda frequentar a universidade à noite, já estava às portas de o fazer.

Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembleia nacional. (...) resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. (...) reconhece e declara, em presença, e sob os auspícios do Ser Supremo, os seguintes direitos da mulher e da cidadã:

Artigo 1º - A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Artigo 2º - O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão. (...)

Conclusão

Mulher, desperta. A força da razão se faz escutar em todo o Universo. Reconhece teus direitos. O poderoso império da natureza não está mais envolto de preconceitos, de fanatismos, de superstições e de mentiras. A bandeira da verdade dissipou todas as nuvens da ignorância e da usurpação. O homem escravo multiplicou suas forças e teve necessidade de recorrer às tuas, para romper os seus ferros. Tornando-se livre, tornou-se injusto em relação à sua companheira.

Declaração dos direitos da mulher e da cidadã - Olympe de Gouges, França, Setembro de 1791.

RESUMO

Esta pesquisa analisou vinte e quatro edições do *Coojournal*, de Novembro de 1975 a Janeiro de 1978. Este jornal foi editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre e era considerado o que se convencionou chamar de *Imprensa Alternativa*. O recorte de tempo foi do período em que o Brasil estava vivenciando a ditadura civil-militar, que havia iniciado em 1964. O objetivo da pesquisa foi analisar se e como discussões sobre relações de gênero eram tratadas nas páginas do *Coojournal*. A década de 1970 foi considerada a segunda onda feminista. Sendo um jornal que buscava uma linha editorial diferente da Grande Imprensa e diferente de alguns outros jornais da Imprensa Alternativa, que eram partidários, considerei que o *Coojournal* poderia ajudar a elucidar qual o papel da mulher brasileira da década de 1970 na imprensa, com um viés diferente das publicações destinadas especificamente para mulheres.

Palavras-chave: Coojournal - Imprensa Alternativa - Feminismo - Censura na Ditadura civil-militar.

ABSTRACT

This study has analysed twenty four editions of the *Coojournal*, from November 1975 to January 1978. This newspaper was edited by the *Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre* (Journalist's Cooperative of Porto Alegre) and it was considered what came to be known as the *alternative press*. The sample comprises a period in which Brazil was under a civil-military dictatorship, which started in 1964. The main goal of this study was to understand if and how gender relations were discussed in the pages of *Coojournal*. The decade of 1970 was considered the second feminist wave. Being it a newspaper which sought an editorial line in contrast with the mainstream media, and also unlike other newspapers of the *alternative press*, I reasoned that the *Coojournal* could help elucidate the role of the Brazilian woman in the press in the decade of 1970, with a point of view that would differ from publications which specifically targeted the female audience.

Keywords: Coojournal - Alternative Press - Feminism - Censorship during the Civil-Military Dictatorship.

LISTA DE SIGLAS

AI 5 - Ato Institucional nº5

APML - Ação Popular Marxista-Leninista

Cotrijui - Cooperativa Regional Tritícula Serrana

Coojornal - Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, mesmo nome do jornal

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DJD - Delegacias de Jogos e Diversões

Dops - Departamento de Ordem Política e Social

DPF - Departamento de Polícia Federal

DFSP - Departamento Federal de Segurança Pública

DNI - Departamento Nacional de Informações

DS - Democracia Socialista - União do Centelha (Mineiro) e Nova Proposta (Gaúcho)

Fecotrigo - Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do RS)

MJNI - Ministério da Justiça e Negócios Interiores

MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MFPA - Movimento Feminino Pela Anistia

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

Polop - Política Operária

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RBS - Rede Brasil Sul

Sigab - Serviço de Informação do Gabinete

SNI - Serviço Nacional de Informação

SESI - Serviço Social da Indústria

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2 CENSURA, IMPRENSA E DE COMO ESTA QUESTÃO INFLUENCIOU O SURGIMENTO DA IMPRENSA ALTERNATIVA | 19 |
| 2.1 Censura antes e durante a ditadura civil-militar brasileira..... | 20 |
| 2.2 Os jornais alternativos brasileiros..... | 23 |
| 3 MULHERES JORNALISTAS, LEITORAS E COMO PAUTA NO COOJORNAL..... | 30 |
| 4 BUSCA DE POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NA LINHA EDITORIAL A PARTIR DE INFLUÊNCIAS DE GÊNERO | 46 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 56 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 59 |
| 7 ANEXOS | 63 |

INTRODUÇÃO

Na busca de um projeto muitas questões se apresentam e torna-se difícil, mas imprescindível, fazer um recorte temporal e temático. A escolha feita pelo pesquisador tem a ver com a sua vivência, sua história de vida. Como Antoine Prost explica:

(...) todas as disciplinas interessadas, de perto ou de longe, pelos homens que vivem em sociedade formulam às fontes – a partir de um grupo profissional e determinada sociedade - questões que têm também um sentido pessoal para seu formulador. (PROST, 2008, p. 115)

Penso que cabe às mulheres produzir pesquisas que mostrem a visão de mundo, de mulheres de outras épocas. Partindo desse ponto de vista foi a minha escolha por este projeto. Se as mulheres que estão na academia não fizeram essa opção, quem vai tirar essa visão de mundo do esquecimento? Neste caso, o fato de ser mulher contribui com uma forma diferente de análise, sobre uma fonte que considero de grande importância, que é a imprensa escrita. Através dos jornais impressos, pode-se perceber o que era importante ou mesmo o que era calado, pois os silêncios também são passíveis de análise. A questão do gênero na imprensa escrita, será utilizado na busca da compreensão de como a sociedade percebia as alterações na forma de agir ou as reivindicações das brasileiras da década de 1970.

Para Donna Haraway o corpo de quem vê tem importância para modo que se vê:

Estou argumentando a favor de políticas e epistemologia de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo. (...) O Feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. (HARAWAY, 1995, p. 30 - 31)

A partir da perspectiva proposta por Donna Haraway, pretendo analisar se ocorreu algum tipo de influência de gênero nas páginas do *Coojournal*, jornal da Imprensa Alternativa da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre, que circulou a partir da metade da década de 1970. Minha opção se deu ao ler o *Coojournal* e encontrar a carta de uma leitora criticando duas matérias: primeiro a linha populista, que o jornal estava tomando, veiculando várias reportagens sobre Getúlio e seus herdeiros políticos; a segunda crítica era em relação a uma

matéria sobre as revistas de “mulheres peladas”, que estavam sucesso no Brasil. Essa ideia partiu da necessidade de delimitar o tema, pois queria inserir gênero e jornalismo, durante a ditadura civil-militar. A opção foi por um estudo de caso, cuja fonte é o *Coojournal*.

A carta foi escrita por Tânia J. Faillace e enviada ao *Coojournal* em outubro de 1977. Além das críticas já relatadas, Faillace elogia a matéria sobre Ildo Meneguetti por desmistificar heróis e movimentos. Termina a carta acusando o *Coojournal* de adotar uma postura diferente da que se propôs. Foram dedicadas 2 páginas (30 – 31) para a matéria sobre as revistas de “mulheres peladas” e Faillace, defende que a reportagem poderia ter problematizado e discutido o motivo deste sucesso, não apenas feito uma narrativa do que todos já sabiam. O *Coojournal*, na visão de Tânia Faillace, não apenas relatava o ocorrido, mas criticava ou discutia questões relevantes para a sociedade, neste caso foi diferente.

Podemos tentar compreender esta visão de Faillace, através das palavras do jornalista Danilo Ucha, que fazia parte do Conselho Administrativo do *Coojournal* e que descreve o *Coojournal* como: “Um conteúdo noticioso que o leitor não encontrava na imprensa diária convencional, ainda temerosa de tratar certos assuntos proibidos pelo regime militar, que dominava o País.”¹

Na capa da edição seguinte do *Coojournal*, aparece a manchete de um ensaio, que aborda a violência contra a mulher. O ensaio ocupa 2 páginas do jornal (30 – 31), ou seja, o mesmo espaço que a matéria criticada, tinha ocupado. A partir desse episódio podemos tentar verificar que relevância o *Coojournal* dedicou a questão de gênero. Temos como outro exemplo de pesquisa, que usou como fonte a imprensa alternativa na busca dos debates sobre gênero, a que Raquel Soihet (SOIHET, 2007) fez no jornal *O Pasquim*. Segundo Soihet, este alternativo, adotou uma linha de depreciação das questões defendidas pelos movimentos feministas e por temas relacionados às mulheres.

Além das matérias de antes e depois da carta de Tânia Faillace, pretendo analisar outras matérias sobre mulheres ou escrita por mulheres jornalistas, na busca de possíveis influências que possam ter exercido, na linha editorial adotada pelo *Coojournal*.

A pesquisa visa demonstrar que estava sendo operada uma mudança na sociedade, ou em uma parcela da sociedade que lia este jornal. A década de 1970 foi de grandes transformações culturais e sociais no mundo, onde as questões do feminismo passaram a estar cada vez mais presentes. Este período estava inserido no que se convencionou chamar de Segunda onda feminista.

1 UCHA, Danilo. *Coojournal* Uma experiência inesquecível. Revista de Comunicação, Ano 4, N. 13, 1988, p. 12.

Em suma, a intenção é tentar responder: Qual a relação que este jornal alternativo de esquerda teve com o feminismo? Se questões feministas, mudaram ou não a linha editorial do *Coojornal* e conseqüentemente a visão de mundo dos seus leitores? Se a questão de gênero era ou não relevante, para um jornal que se propunha romper com o discurso conservador e colaboracionista dos grandes jornais que circulavam em Porto Alegre?²

A pesquisa foi feita em 24 Edições do *Coojornal* (Jornal da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre), de novembro de 1975 a janeiro 1978.³ Os meios de comunicação refletem a sociedade, as visões e representações de uma época, por este motivo, torna-se relevante o uso do jornal como fonte.

De acordo com livro de Beatriz Kushnir (KUSHNIR, 2012), a censura impedia críticas ao poder vigente, então torna-se relevante fazer um resgate do que foi silenciado. Kushnir buscou em sua pesquisa, problematizar a questão da autocensura, tema até então pouco explorado, e que acontecia normalmente dentro das redações, principalmente dos jornais de maior circulação. O tema da censura, conforme explica a autora, está sendo alvo de novas análises acadêmicas. Dessa forma, penso que analisar o *Coojornal*, vai de encontro a essa problemática. Um jornal alternativo de esquerda, feito por e a princípio para jornalistas, que acabou chegando nas mãos dos porto alegrenses e nas principais capitais do país. Kushnir explica que se existe censura, não se pode buscar as informações somente no que é permitido, sob o risco de distorcer a imagem do tempo vivido.

Sob a capa do “resguardo à moral e aos bons costumes” ou defendendo questões de “interesse da nação”, considero a censura sempre política. Atemporal, em cada instante, contudo, as peculiaridades ditam suas especificidades. Em um tempo de imposição e silêncio, informar-se apenas pelas notícias permitidas é, no mínimo, apreender uma imagem bastante equivocada do tempo vivido. Nesse sentido, a censura exercida pelo Estado autoritário aos meios de comunicação e às expressões culturais brasileiras no pós-1964, como uma temática, tem sido alvo de constantes apreciações tanto de jornalistas contemporâneos à época como das análises acadêmicas. (KUSHNIR, 2012)

O ponto de vista do jornal se mostra visível através das reportagens que veicula. Nesta pesquisa pretendo usar o gênero como norteador das representações de um determinado período político, ou seja, o gênero como categoria de análise histórica.⁴ Ainda que fosse um jornal alternativo, ele visava um público de leitores. Esse público se insatisfeito, não leria

2 Os grandes jornais da época, não tinham intenção de se indispor com o regime militar. Suas notícias estavam de acordo com as diretrizes impostas pelo governo instituído. Na pesquisa de Beatriz Kushnir, fica claro que os grandes jornais passaram a fazer uma auto censura, para garantir a circulação. (KUSHNIR, 2012)

3 <http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/conteudo/acervodigital/coojornal/> (acesso 15/04/2017)

4 Tilly explica em seu texto que a partir da Ann Oakley em 1972, se evidenciou a diferença de sexo (questão biológica invariável) de gênero (questão cultural variável) e o conceito de gênero passou a ser usado por alguns historiadores (as), para fugir do determinismo biológico. (TILLY, 1994, p. 42)

mais o jornal. Por esse motivo torna-se válida a tentativa de analisar os leitores do *Coojournal*, através das matérias veiculadas. As matérias de um jornal, não são apreciadas da mesma forma por todos os leitores, mas através da constância de um tipo de posição da linha editorial, pode-se tentar perceber se havia crítica, curiosidade ou respeito às questões de gênero.

Sobre a concepção de história, pretendo seguir na linha de J. Scott que define o gênero como elemento constitutivo de relações sociais, baseados na diferença entre os sexos e também forma primária de dar significado às relações de poder. Este tipo de análise, segundo a autora, deve incluir uma concepção de política e uma referência às instituições e organização social e também como são construídas as identidades.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro. (SCOTT, 1995, p. 92)

Também farei uso da perspectiva de Louise Tilly (TILLY, 1994), que defende que não deve ser feito somente a descrição, mas que a metodologia no campo da história das mulheres, deve conter também a explicação, ou seja, a abordagem deve ser descritiva e analítica, para dar conta de problemas históricos gerais.

A história social analítica, voltada para a resolução de problemas, sublinha igualmente dois outros aspectos importantes da história das mulheres: completar a descrição e a interpretação com a explicação; vincular seus resultados aos problemas atuais mais gerais. Pelas necessidades da discussão, classifiquei os estudos sobre a história das mulheres em duas categorias: aqueles que são descritivos e interpretativos e aqueles que resolvem problemas analíticos e examinam questões gerais. Entretanto, um grande número de trabalhos descritivos fornece preciosas análises causais dos fatores que influenciaram a vida das mulheres, mostrando como as grandes transformações estruturais (a revolução industrial, a urbanização ou as migrações), os acontecimentos políticos (a guerra) ou as transformações sociais e culturais (as renovações religiosas) configuraram e dificultaram a vida das mulheres ou lhes abriram novas possibilidades. Numerosas obras de história social analítica contêm uma parte descritiva importante que é também historicamente sustentada e tão reveladora quanto os textos mais interpretativos. O fato é que os dois tipos de trabalhos são importantes. Portanto, na medida em que as historiadoras das mulheres queriam dialogar com o conjunto dos historiadores, é vital a análise que torne explícita “que diferença isto faz?”. (TILLY, 1994, p. 60)

Sobre o escrever a história é importante retomar os ensinamentos de Certeau, para quem o historiador constrói uma representação do passado, mas diferente da ficção, precisa referenciar fontes, documentos e outros autores. Também importante são os ensinamentos de Chartier, para quem o trabalho historiográfico deve estar apto à verificação e controle, onde a

base seria a pretensão da verdade, sendo essa a intenção primária do historiador. (MORAIS e DIAS, 2013, p. 31, 34)

A memória e a relação com o jornalismo, é estudado em artigo abaixo referido e servirá de base para este estudo de caso, pois a memória tem relação com a busca de sentido, como explica o texto:

A narrativa é um modo de resgate dos acontecimentos transcorridos, e o discurso jornalístico assume um lugar diferenciado, entre todos os discursos, devido ao seu estatuto de compromisso com a verdade. A relação entre memória e jornalismo apresenta uma responsabilidade de duas ordens – ora com a noção de real, ora com o conhecimento histórico. O compromisso com o real apontará à verossimilhança a partir do entendimento mimético apoiado no discurso realista, e o compromisso com o conhecimento histórico guiará as questões da memória coletiva, que estão atreladas às heranças e às formas de conferir sentidos ao que ocorre na atualidade. (BENETTI e FREITAS, 20015, p. 170)

A tese abaixo vai dar um panorama da profissão de jornalista, problematizando a profissão e o seu reconhecimento pela sociedade. Os jornalistas foram uma das categorias envolvidas nas críticas ao regime ditatorial. Ainda que a censura existisse e que alguns jornalistas eram coniventes com o regime, a categoria como um todo, buscava a liberdade de imprensa.

No contexto dos anos 1960 e 1970, uma grande parte dos jornalistas, sobretudo aqueles vinculados às entidades da categoria e à universidade, esteve presente nas lutas contra a censura e na constituição de uma frente de resistência contra o regime, alinhando-se às lutas políticas pelas liberdades democráticas como o “Movimento pela Anistia dos Presos Políticos”. Alguns exemplos podem ser citados, as greves dos jornalistas, os congressos nacionais promovidos pelas entidades sindicais da categoria, e que salientava a defesa da liberdade de expressão e de imprensa ao mesmo tempo em que reivindicavam uma regulamentação que valorizasse a formação profissional. (PETRARCA, 2007, p. 124)

O artigo que segue é importante, pois deixa transparecer quem é Tânia Faillace, a jornalista e escritora, que inspirou o estudo de caso. O artigo analisa um conto da escritora, em que retrata a condição da mulher.

Tânia Jamardo Faillace nasceu em 30 de janeiro de 1939 em Porto Alegre, cidade onde ainda reside. Faillace trabalhou como pintora, escritora de contos, romances e dramaturgia, além do jornalismo, fato que contribuiu para ambientar toda a sua obra(...). Os anos de maior produção da escritora foram os anos entre 1960 e 1980, embora continue a escrever até hoje. Neste período de instabilidade política, devido ao golpe militar, a autora publicou suas principais obras, cujo viés político é confirmado por sua filiação ao PT (Partido dos Trabalhadores) em 1979. (BARTH E LOPES, 2014, p. 152)

Na Dissertação de Mestrado de Natalia Polesso é explicado o tipo de literatura produzido por Faillace. Ela produziu em um período conturbado da política brasileira, e ao mesmo tempo, em um período em que as mulheres não exerciam grandes influências no meio cultural brasileiro.

Temas recorrentes em sua escrita, as relações de poder e a assimetria social perpassam decisivamente a sua obra. Nascida no ano em que se iniciava a Segunda Guerra Mundial, fato ao qual a autora faz questão de vincular seu nascimento, produziu uma obra riquíssima, integrando o grupo de mulheres que, na mesma época, deu início à literatura brasileira feminina contemporânea. Bem como Clarice Lispector, Tânia iniciou sua carreira na área jornalística em 1966.

A obra de Faillace é, em maior parte, produzida quando a situação social, política e cultural no Brasil se configurava instável, em função do golpe militar de 64, da ditadura subsequente e seus atos institucionais de censura. O contingente de mulheres atuantes socioculturalmente no País por muito tempo fora restrito.⁵(POLESSO, 2011, p. 19)

Relevante também é o artigo de Marcia Benetti Machado (UFRGS), *Jornalismo e Perspectiva de Enunciação: uma abordagem metodológica*. Machado explica que o sentido a que se atribui a algo, está também vinculado a quem está interpretando esse sentido. Ambos estão sendo afetados por sistemas de significação. Este panorama deve ser apreciado no momento em que busco a significação de gênero nas páginas do Coojornal.

O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário – com toda a complexidade e diversidade que esses campos pressupõem. Dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação.⁶(MACHADO, 2006, p. 4)

Para discutir a questão do gênero e a construção de uma personagem, é relevante verificar o texto de Benito Schmidt sobre Gilda Marinho. Ela era uma jornalista que deixou uma marca significativa na memória das pessoas, com as quais conviveu. Viveu em uma sociedade em que pouco espaço era dado para as mulheres, ainda mais para uma mulher jornalista. A partir de 1964, as memórias dos que conviveram com ela, recordam de uma excepcionalidade fora do comum. Gilda parece ter virado uma personagem cercada de histórias que eram contadas sobre ela.

(...) objetivo geral discutir o uso da noção de “excepcionalidade” nas biografias de mulheres, a partir das fontes escritas e orais que evocam a jornalista Gilda Marinho. Procurou-se mostrar, sobretudo, que tal noção resulta do procedimento de tomar como dados os resultados de um trabalho de enquadramento da memória, esvaziando de historicidade as tensões e ambiguidades que permeiam as vidas das ditas “mulheres excepcionais”. (SCHMIDT, 2005, p. 8)

Também contribuiu para a análise sobre o tema, a dissertação de mestrado de Marcia Veiga da Silva: *Masculino, o gênero do Jornalismo: Um estudo sobre os modos de produção das Notícias*. Os jornais da década de 1970 eram feitos na sua grande maioria por

5 A autora explica a importância da literatura no resgate de visões de mundo, por ser uma representação simbólica do mundo, atingida pelos processos de desenvolvimento cultural das sociedades, e por isso passível de análise das pequenas transgressões que constroem uma visão de mundo emudecida. (POLESSO, 2011, p.7)

6 A AD (análise de discurso francesa) está preocupada com este movimento de instauração de sentidos, que requer compreender os modos de funcionamento de uma discurso.(MACHADO, 2006, p. 4)

homens. Essa dissertação ajuda a entender como perceber as desigualdades nas relações de gênero, no meio jornalístico.

Problematizar “as normalidades” da cultura é um bom caminho para que se possa compreender como tais relações de poder se estabelecem. Investigar as convenções de gênero significa de fato problematizar a construção da desigualdade naquilo que está posto de modo mais sutil e banalizado numa cultura. É ir ao encontro dos micro-universos e tentar perceber de que maneira as diferenças são transformadas em desigualdades.(SILVA, 2010. p. 57)

O tema de mulheres da esquerda, também foi problematizado pela dissertação de Natalia Bastos:

Muitas mulheres militantes que participaram das organizações de esquerda revolucionária e que ingressaram nas organizações feministas, atribuem à militância feminista a responsabilidade pelo questionamento de muitos valores e papéis desempenhados pela mulher na sociedade. Entretanto, foi esta uma geração de mulheres que subverteu papéis tradicionais de gênero enquanto militava e viviam clandestinamente nos aparelhos. Elas romperam com a ideia de que o casamento substituiria uma carreira profissional e que bem casadas teriam o futuro garantido. Foram à universidade, se profissionalizaram e enfrentaram o mercado de trabalho. (BASTOS, 2007, p. 111)

Também foi relevante o artigo de Raquel Soihet, cuja pesquisa explica que o jornal *O Pasquim*, apesar de usar o humor como estratégia para fugir da censura e dessa forma tecer críticas ao regime ditatorial, na questão de gênero, era mais um dos tantos jornais conservadores e machistas. Em suas charges e comentários, zombavam do movimento feminista, no que Soihet conclui ser uma atitude paradoxal, para um jornal, que se dizia contrário ao autoritarismo:

A desilusão com os valores do mundo capitalista, mas também com os daquele que se dizia socialista, era a marca para a qual, especialmente no Ocidente, muito contribuíram as ideias de Herbert Marcuse cujas obras, entre elas, *Eros e Civilização*, tornaram-se emblemáticas. E, assim, toma vulto a marcha em prol de um novo mundo, e um utopia que, iniciada nos Estados Unidos, posteriormente estourou com intensidade em outras partes do mundo (...). É o sonho libertário que se busca, através de uma nova concepção de política e de cultura que concilie justiça social e liberdade, arte e vida. Em suma, emerge a célebre rebelião contracultural dos anos 1960 (...). Na esteira dessa rebelião, em meio à luta dos negros norte-americanos em busca dos direitos civis e aos protestos contra a guerra do Vietnã, uma outra emerge, qual seja, a rebelião das mulheres. Assim, irrompe uma nova vaga feminista nos Estados Unidos e na Europa, a qual também se manifestou vivamente no Brasil. No momento, o país via-se acossado pela ditadura militar que assumiu o poder, após o golpe de 1964. Dentre as várias modalidades de luta contra o regime, destacou-se o empenho de alguns em opor-se a ele, através da ridicularização, como, por exemplo, o jornal alternativo *O Pasquim*, (...) voltando-se para o combate ao autoritarismo e à crítica de costumes.

Paradoxalmente, porém, comprometeram seu propósito libertário, ao assumir uma postura misógina, voltando sua mordacidade, igualmente para as mulheres que se decidiram pela luta com vistas a atingir direitos e/ou que no seu cotidiano assumia atitudes consideradas como inadequadas à feminilidade (...). (SOIHET, 2005, p. 594)

Vai ao encontro da análise de Soihet, o artigo de Natália Méndez, que descobre o mesmo tipo de misoginia, que a imprensa do centro do país esboçava em suas páginas, também na imprensa do Rio Grande do Sul.

No fim dos anos 70, diversos grupos em defesa dos direitos das mulheres se constituíram na capital gaúcha, a medida que o feminismo ascendia em todo o País. A imprensa acompanhou essa tendência de forma muito atenta. Através da análise das fontes jornalísticas da época, se percebe que o feminismo confrontou-se, em diversos momentos, com um tratamento pejorativo por parte da imprensa. Expressões “grupo do chá das cinco” ou “feministas de uma figa” eram utilizadas para designar aquelas que ousavam introduzir no contexto rio-grandense um novo olhar sobre a realidade social. (MÉNDEZ, 2007, p. 278)

Pretendo dividir o texto em três capítulos. O primeiro falando da censura e de como ela atingiu a imprensa brasileira no período ditatorial do pós 1964. Explicarei brevemente que, estando a chamada grande imprensa impedida de veicular notícias certo tipo de notícias, a imprensa alternativa surge na tentativa de preencher esse vazio, se inserindo nas pequenas brechas encontradas e permitidas pelo sistema.

No segundo capítulo pretendo discorrer sobre o gênero nas páginas do coojornal, através da leitura de 24 edições de circularam nas principais capitais do Brasil entre Novembro de 1975 a Janeiro de 1978. Farei uma busca no sentido de descobrir se as matérias traziam questões feministas, que já eram debatidas nos EUA e nos países da Europa Ocidental, mas pretendo verificar se o Coojornal dava espaço dentro da sua redação, para jornalistas mulheres.

No terceiro capítulo, pretendo analisar se a linha editorial apresentou alguma mudança, com relação as questões de gênero. Se ocorreu, talvez possa representar que as visões de mundo estavam mudando em relação ao papel destinado às mulheres.

2 - CENSURA, IMPRENSA E DE COMO ESTA QUESTÃO INFLUENCIOU O SURGIMENTO DA IMPRENSA ALTERNATIVA

Todo o texto traduz o momento em que é escrito. Estou escrevendo este em um momento em que a maioria das notícias que circulam na grande mídia, apontam para um crescimento das posições conservadoras entre a população. Muitas destas posições ou opiniões, tendo como incentivo o descrédito na classe política e como motor deste descrédito, a corrupção. Argumento já inúmeras vezes utilizado, em outros momentos históricos.⁷

O conservadorismo dificilmente vai propiciar o que seu discurso pretende, ou seja, a limpeza política e o fim da corrupção. São palavras fortes que agregam uma grande simbologia, causam comoção na população, já foram usadas anteriormente e não levaram ao fim que se discursou pretender.

O período de censura, durante o golpe civil-militar de 1964, é o foco principal desta pesquisa, tendo em vista a tentativa de problematizar o surgimento dos jornais alternativos. Estes buscavam publicar matérias críticas da situação vigente, entre as brechas que encontravam.

Neste capítulo pretendo expor a importância da imprensa alternativa, para divulgação de notícias que os grandes jornais não ousavam veicular. O excerto abaixo, foi retirado do livro escrito por Mário Lago, *Reminiscências do Sol Quadrado*, onde ele relata sobre sua prisão no dia 02 de abril de 1964. Não que este livro tenha tido alguma menção no *Coojornal*, alternativo foco da minha pesquisa. A minha escolha foi em busca de um depoimento, entre tantos que existem, de alguém que vivenciou este período de exceção, mas que também deixou exposto que não era algo novo.

Foi na noite de 2 de abril de 64 que me invadiram a casa, doze metralhadoras aumentando o vulto dos homens que participavam da operação, bombas de gás lacrimogêneo sacolejando nas cinturas como balangandãs ou contas de rosário, já que tudo se agigantara à entrada de tanta gente. Não era minha primeira prisão nem seria a última, coisa que digo sem orgulho, a bem da verdade, pois cadeia não é crachá provando mérito nem título que enriqueça currículo. Na maioria das vezes – salvo se em ação ou consequência de denúncia – houve erro, descuido ou subestimação da paciência do inimigo.

Em 21 de janeiro de 32, por exemplo, terminado o comício na porta da América Fabril (comemorando a Semana dos 3 Ls: Lenin, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht), eu não tinha nada que me isolasse do grupo. Quando me dei conta, ao dobrar a esquina, estava sendo dominado por trás e atirado dentro de um tintureiro (...). Em 37, por andar meio afastado das coisas da política, esqueci que a memória da reação não é guardada nas circunvoluções cerebrais, como no normal dos homens, e sim na infalibilidade das fichas – sempre revistas, quando mais não seja

⁷ Neste caso posso exemplificar com Golpe Militar de 1954, onde a corrupção no governo também foi justificativa para a necessidade de moralização urgente do Estado.

para uma checagem, porquanto eles vivem disso, desconhecem pressa -, e não tive o cuidado de examinar as figurinhas que costumavam estar nas redondezas de casa quando eu saía para o trabalho (...). E houve 48, 49... A eterna mania de que a maré está sempre pra peixe. E em abril de 64 a mesma coisa.⁸

Resolvi trazer essa citação para dar início a descrição do estado de opressão em que se viu grande parte da população, após o golpe civil-militar de 1964. Principalmente os que estavam vinculados às lutas políticas e sociais e os formadores de opinião. Dentre estes, além de trabalhadores e estudantes, muitos destes militantes de esquerda, se encontravam artistas e jornalistas. Mario Lago sendo ator, escritor e filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), era visto como um perigo, no entendimento do recém instituído poder de 1964. Perigo que já se tentava evitar muito antes, conforme Lago relatou.

2.1 – Censura antes e durante a ditadura civil-militar brasileira

A censura não foi orquestrada em 1964, ela já vinha se reformulando ao longo dos anos e apenas foi repaginada, de acordo com Beatriz Kushnir.⁹ A autora usou como fonte, a legislação republicana e as alterações que foram realizadas. Como ela mesma explica, não existe um arquivo da Polícia sobre esse assunto e o acervo da Departamento de Polícia Federal (DPF), não está totalmente à disposição do público.

O censor pode ser definido como o que pratica o ato censório, como o crítico - no sentido de quem encerra um julgamento - , ou como o funcionário público encarregado da revisão e da censura de obras literárias e artísticas ou do exame crítico dos meios de comunicação de massa (jornais, rádio, TV etc.). Esse ofício surgiu no Império Romano, quando a função designava o encarregado da contagem populacional e da vigilância ao cumprimento dos bons costumes.¹⁰

Em sua pesquisa ela salienta que o Decreto 20.493 de 1946, foi usado pelos censores até 1988, quando foi extinto pela Constituição. Foi elaborado para o controle do Estado no período do governo Dutra (1946-1951), quando o Departamento de Informação e Propaganda (DIP) deixou de existir. O Estado, agora democrático, deveria continuar exercendo o ato censório de forma preventiva e repressiva, pois teria esse direito em nome da preservação da moral (argumentos usados para a legitimação do Decreto). Para Kushnir, ocorreu um retorno à censura das diversões públicas para a preservação da “moral e dos bons costumes”, e não se abandonou as questões policiais e políticas, ou seja, a vigilância passou a estar ligada a moralidade e o governo se justificava, tendo em vista a sua preocupação a

⁸ LAGO, Mario. *Reminiscências do Sol Quadrado*. Editorial Caminho, 1979, p. 17 – 18.

⁹ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.

¹⁰ Ibidem, p 155.

respeito da moralidade. Ao fazer uma retrospectiva em busca de censura, nas Constituições de 1824 e na primeira da República em 1891, percebeu que a partir do início do século XX, houve uma transformação na estrutura da polícia. Esta passou a tratar da moralidade dos espetáculos teatrais e da lisura das relações empresariais e de trabalho, dos que trabalhavam com espetáculos.¹¹ O Decreto 16.590/24 determinou que o censor seria nomeado pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, a partir da indicação do chefe de Polícia, ou seja, era um cargo de confiança. A partir de 1930 o Serviço Policial do Distrito Federal se reestruturou, continuou sob a responsabilidade o chefe de Polícia e vinculada o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). Este se fragmentou e foi criada a Diretoria Geral de Publicidade Comunicações e Transportes, responsável pela censura de diversões, serviços de rádio, telefones, telégrafos, estáticas, arquivos, etc. Em 1934 a Polícia Civil do Distrito Federal ficou subordinada à Diretoria Geral de Publicidade, Comunicações e Transportes e foi criada a Censura Federal.

Kushnir, explica que o MJNI foi substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Regulava as relações entre Estado e sociedade, selecionado e construindo fatos e imagens. Estava subordinado à Presidência da República e atuava junto com o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). A Constituição de 1937, especifica em um dos artigos a respeito da censura, que o cidadão tem o direito de se manifestar mediante as condições e nos limites prescritos por lei. A partir de 1945 o Departamento Nacional de Informações (DNI) substitui o DIP, ainda subordinado ao MJNI e a este órgão, cabe a censura ao teatro, cinema, atividades recreativas, esportivas, radiodifusão, literatura e imprensa (neste caso inclusive regulando a importação de papel, assim como controle de registro de jornais e periódicos).

É importante salientar a continuidade que se estabeleceu após o governo Vargas, com a eleição de Eurico Dutra em 1946, junto com a coligação do Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A nova Constituição que se pautou pelo espírito democrático, na verdade apenas acomodou a censura do Estado Novo ao novo poder. Kushnir ressalta a importância do decreto de 1946, que permitiu os censores autorizar ou vetar e que foi usado até 1988. Segundo entrevistas que realizou com censores, estes sabiam de cor artigos ou parágrafos deste decreto, que julgavam adequados a diferentes situações.

A partir de 1968 as tradições jurídicas passaram a ser forjadas, a fim de dar um viés de legalidade. A autora exemplifica sua posição, quando escreve a respeito da Anistia

¹¹ A autora relata que em 1912 os jornais colocavam em suas manchetes, que a fita *A vida de João Cândido* (um dos líderes da Revolta da Chibata), que seria transmitida nos cinematógrafos no Rio de Janeiro (a nova febre da cidade), teria sua exibição proibida (KUSHNIR, 2012).

citando Kucinski¹², pois foi uma Anistia implementada de forma “lenta, gradativa e segura”, proposta pelo general Geisel, ratificada pelo presidente Figueiredo e oficializada pelas mãos do ministro da Justiça Petrônio Portella (executada de cima para baixo de forma a não escapar do controle). Com o Ato Institucional nº5 (AI 5) de 13 de dezembro de 1968 (recesso do Congresso, suspensão dos direitos políticos, proibição das manifestações públicas, suspensão dos habeas corpus), também a censura se tornou mais atuante.

No período que se seguiu a sucessão do presidente Médici, começaram de acordo com Kushnir, os bilhetinhos às redações, proibindo as notícias sobre a sucessão. A partir de 1972 as redações dos principais jornais, começaram a receber telefonemas com instruções proibitivas para suas matérias. Neste período os censores estão ligados ao Serviço de Informação do Gabinete (Sigab – órgão não encontrado na estrutura federal), vinculado ao ministro da Justiça. Os jornais e revistas passaram a ter uma censura diferenciada do restante.¹³

Beatriz Kushnir¹⁴ cita Cláudio Abramo (ex-editor da Folha de São Paulo), para quem o Estado não pode exercer o controle sozinho e por isso conta com a classe dominante, que no caso dos jornais, é o dono do jornal. A autora cita também, Mino Carta (dirigiu as redações de *Quatro Rodas*, *Veja*, *Editora Abril*, *Isto É*, *Senhor e Carta Capital*), para quem as conveniências de todos os que detém o poder, se entrelaçam indissolivelmente.

Os quatro principais jornais do eixo Rio-São Paulo, são ou foram, empresas familiares (*Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*), assim como as editoras de livros e revistas (Bloch, Abril). A *Folha de São Paulo*, resultou da união das *Folhas da Manhã*, *da Tarde e da Noite*, e a partir de 1962, quando Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem a direção, muda a linha editorial. O Grupo Folha, assim como alguns outros grandes jornais, apoiaram as mobilizações que resultaram na destituição de João Goulart.

Ao mesmo tempo que se praticava a autocensura no pós 1964, era fomentada continuamente a propaganda anticomunista, em discursos que pregavam a defesa do território nacional, contra a ameaça interna e externa, pois ainda sopravam os ventos da Guerra Fria. O que poderiam fazer os que sabiam que as notícias eram manipuladas? A solução encontrada foi a criação da imprensa alternativa.

12 KUCINSKI, Bernardo. O fim da ditadura militar, p.29.

13 KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, p. 69 - 128.

14 Ibidem p. 213 - 274.

2.2 - Os jornais alternativos brasileiros

Na exposição anterior tentei explicar que devido a censura e autocensura dos órgãos de comunicação, os profissionais do ramo jornalístico se viram na obrigação de buscar outras formas de divulgação. Era uma posição não só profissional, mas principalmente política. Os jornalistas, estudantes, militantes dos partidos de esquerda, necessitavam de outros meios de divulgação para alertar a sociedade sobre o que acontecia, já que os grandes jornais não podiam ou não queriam, prestar este serviço.

A fim de explicar a importância que exerceu a imprensa alternativa, torna-se também relevante listar alguns jornais que foram considerados mais importantes, afinal o Coojornal de Porto Alegre foi um deles.

A partir das explicações que constam no CPDOC,¹⁵ segue um breve panorama de como se constituiu a imprensa alternativa brasileira. Ela foi formada basicamente de jornais de tiragem irregular de circulação restrita e principalmente no formato tabloide. Podiam ser classificados em três tipos: os de esquerda formada por jornalistas, organizações ou partidos clandestinos que se opunham ao golpe civil-militar de 1964; os da contracultura, formado pelos que não se enquadravam no esquema cultural comercial; e os de movimentos sociais, nesse estavam os movimentos feministas, negros, dos homossexuais, etc.

O *Coojornal*, que é o foco dessa pesquisa, se enquadra no tipo de jornais alternativos de esquerda. A imprensa alternativa era uma forma de resistência desses grupos. Em alguma medida permitida, ainda que tivesse algum tipo de coação, mas foi nesse espaço diminuto de permissão, que a imprensa alternativa se inseriu.

Foram muitas publicações, mas podemos fazer um recorte e relatar sobre os de maior tiragem ou que tiveram maior relevância. Os principais jornais alternativos de esquerda desse período foram: *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, *Em Tempo* e o *Coojornal*.

O jornal *Movimento* foi uma dissidência do jornal *Opinião* e seu idealizador e editor, foi Raimundo Rodrigues Pereira. Entre os editores especiais encontrava-se Bernardo Kucinski. Apesar de existir várias tendências políticas, a linha teórica de maior peso era a do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), pois Raimundo Pereira simpatizava com as teses do partido e sofria influência de Duarte Pacheco, jornalista e dirigente da Ação Popular Marxista-Leninista (APML - linha maoista do PCdoB). As divergências internas se intensificaram com a crise política entre China e URSS, ocasionando na retirada em 1977, dos que não

15 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa> (acesso em 16/10/2017).

concordavam com as teses do Pcdob. A partir de então o *Movimento* virou um jornal de partido. Durante a avaliação da guerrilha do Araguaia, as lutas internas do PCdoB passaram a ser o foco do jornal, contribuindo para o seu fim (1981).

Versus (1975) tinha a intenção de entender cultura como forma de fazer política, mas se deparou com a dificuldade da relação entre cultura e esquerda. Os jornalistas e intelectuais desejavam uma publicação pluralista e inovadora, inclusive em termos estéticos, enquanto os militantes de esquerda, viam o jornal como instrumento da luta política. O jornal trouxe discussões que ocorriam na Europa como as teses de Michel Foucault, entre outros e valorizou a América Latina como uma única entidade cultural e política na busca do sentido de latinidade. Publicou texto de autores latinos já conhecidos, como de Gabriel García Márques, mas também de quem não era conhecido, como Carlos Fuentes. Apesar de já ter em seus quadros presença de trotskistas, estes não exerciam uma influência dogmática no jornal. Quando os militantes da Convergência Socialista (trotskista), passaram a influir de forma orgânica no jornal, este passou a adotar um discurso doutrinário. Com isto o jornal se afastou da proposta inicial, fazendo que os jornalistas do início se retirassem. Em 1979 já sendo um jornal essencialmente político, deixou de circular.

O jornal *Em Tempo* era desde o início uma frente de organizações de esquerda, pois dele faziam parte militantes do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), da Ação Popular Marxista Leninista (APML), do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), da Política Operária (Polop), Liberdade e Luta (Libelu), Centelha (Mineiro) e Nova Proposta (Gaúcho), sendo que da união destes dois surgiu a Democracia Socialista (DS). Todos esses militantes compartilhavam uma postura crítica em relação ao PCB e Pcdob, em relação a tática que estes partidos defendiam, da necessária etapa democrática burguesa, antes da revolução socialista brasileira. *Em Tempo* surge em 1978 e defendia uma revolução socialista imediata. Fazia parte da diretoria entre outros, Bernardo Kucinski e entre os diversos redatores, Guido Mantega. As lutas políticas internas eram decididas em assembleias. A partir de 1979, o jornal passou a contar com a colaboração de exilados que retornavam ao país e que traziam ideias novas, como, a autonomia do movimento operário em relação aos partidos de qualquer ideologia. As disputas internas foram se intensificando e em 1980, o jornal *Em Tempo* se tornou um jornal partidário da DS (Democracia Socialista de linha trotskista).¹⁶

16 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa> (acesso em 16/10/2017).

Bernardo Kucinski, jornalista, escritor e também participante da imprensa alternativa da época, fez um trabalho de pesquisa onde explora grande parte da imprensa alternativa, o surgimento, sua importância e o motivo da sua extinção.¹⁷

Na primeira fase do ciclo alternativo, do lançamento do PIF-PAF em junho de 1964, até o fim da FOLHA DA SEMANA em 1966, deu-se o desmoronamento do universo político do populismo, sem que a maior parte da esquerda suspeitasse da dimensão a ser adquirida pela mudança. Além do propósito de resistência democrática, expresso nos jornais apoiados pelo Partido Comunista (PC), como FOLHA DA SEMANA, há o sentimento de desprezo pelo ridículo manifesto dos primeiros tempos do golpe, explorado a fundo pelo satírico PIF-PAF.

(...) Com a multiplicação e superposição de jornais alternativos, seu padrão tornou-se dominante, e passou a ser adotado como solução natural pela massa de estudantes de jornalismo oriundos das novas escolas de comunicação. Surgiu, então, a última grande vaga de jornais alternativos, os jornais basistas, ligados aos movimentos populares, que também proliferaram nesse período, e fortemente influenciados pela crítica das escolas de comunicação aos meios de comunicação de massa.¹⁸

Kucinski explica que logo após o golpe de 1964, houve uma reação dos intelectuais do PCB e em 1965 foi lançado o semanário Reunião (durou três edições e foi fechado pela polícia durante o AI-2), a revista *Civilização Brasileira* e por iniciativa de jornalistas e economistas ligados ao PCB, o boletim *Carta Econômica Brasileira*. Os intelectuais e jornalistas opunham resistência ao golpe através da *Editora Civilização Brasileira* e do *Correio da Manhã*. Surgiu o *Folha da Manhã*, cujo editor era do *Correio da Manhã* (durou até 1966 quando sua redação foi ocupada por fuzileiros navais e fechada) e reuniu os jornalistas da imprensa de esquerda do Rio de Janeiro.

O autor está de acordo com a tese de J. S Faro, para quem a imprensa alternativa dos anos 1970, vem das experiências anteriores ao golpe e que refletiram na primeira fase dos jornais alternativos, imediatamente após o golpe, que contaram com apoio do PCB. Neste momento os jornalistas, intelectuais e artistas estavam de acordo com a defesa da democracia e contra o golpe, assim como o PCB, pois ainda não havia ocorrido as dissidências dentro do partido.

As dissidências dentro do PCB surgiram principalmente no meio estudantil, impulsionados pelo sucesso da Revolução Cubana e por Régis Debray, que defendia o foco revolucionário. Informações que circulavam através das revistas *Temps Moderns* (J. P. Sartre) e *Casa de Las Américas* (cubana) e que incentivou a criação do jornal alternativo PIQUETE, da organização Colina, dissidência da Política Operária (POLOP), esta dissidência do PCB. Kucinski explica que esses jovens se juntaram aos quadros que estavam saindo da imprensa

¹⁷ KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários. No Tempo da Imprensa Alternativa*. São Paulo, Ed. P. Aberta Ltda. 1 ed., 1991.

¹⁸ Ibidem, p. 3-5.

convencional e que resultaria nos jornais alternativos *Opinião*, *Movimento*, *Em tempo* e o *De Fato* (regional).

Outro jornal importante da época foi o *Amanhã*, que continha em seus quadros militantes da Polop (dissidência do PC) e da Ala Vermelha (Pcdob). A proposta do jornal surgiu do PC, mas foi colocado em prática por José Roberto Arantes, que por sua vez convidou Raimundo Rodrigues Pereira (Polop). Ambos eram estudantes de física do Ita, que foram expulsos e acolhidos pela Universidade de São Paulo (USP). Fez parte também desse jornal o próprio Kucinski, também estudante de física da USP, além de jornalistas trotskistas independentes. Muitos dos que fizeram parte do *Amanhã*, foram responsáveis pelo surgimento posterior dos jornais, *Opinião* (1972 - liderado por Raimundo Pereira com financiamento de Fernando Gasparin) e *Movimento*.¹⁹

Kucinski explica sobre a influência do processo de abertura na imprensa. Primeiro a grande imprensa, já acostumada a autocensura, não estava segura de aderir (exceção foram os editores Élio Gaspari, Mino Carta e Ruy Mesquita), pois existia uma disputa entre o governo central, que defendia a distensão e o grupo da *linha dura* que continuava responsável pelos órgãos de censura. Mas um fato emblemático deflagrou um protesto dos jornalistas:

Neste contexto deu-se o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, sob tortura, no DOI-CODI de São Paulo, em 25 de outubro de 1975. O protesto dos jornalistas, de início tímido e hesitante, explodiu num movimento que envolveu personalidades do centro e até do campo conservador. Somou-se às pressões dos grupos de direitos humanos por informações sobre os “desaparecidos”; a crise política assume a forma manifesta de uma crise do espaço público, das liberdades públicas e individuais, do direito de expressão das elites, dos intelectuais e dos profissionais liberais e principalmente dos jornalistas. E tendo como mártir um jornalista.²⁰

Sobre o *Coojornal* Kucinski explica que a cooperativa foi fundada em 1974, por jornalistas egressos da *Folha da Manhã*, um jornal que pertencia a empresa de Breno Caldas, cuja proposta era diferente do *Correio do Povo*. A ideia partiu de Francisco Caldas (filho de Breno Caldas), que lançou um jornal mais moderno, para fazer frente a *Zero Hora*. Foram chamados jornalistas gaúchos que estavam trabalhando na revista *Veja* como Elmar Bones, entre outros. Como era um jornal novo, ainda não estava contaminado pela autocensura, até ser acusado de comunista.

Após a crise dos editores com a direção do *Folha da Manhã*, Elmar Bones decide sair e José Antônio Vieira da Cunha, inspirado pela cooperativa de jornalistas de Milão, decide criar uma cooperativa em Porto Alegre. Um ano após o início da *Coojornal*, a maioria dos jornalistas da *Folha da Manhã* já haviam migrado para a Cooperativa dos Jornalistas de

¹⁹ Ibidem, p. 13 - 30.

²⁰ Ibidem, p.59.

Porto Alegre (Coojornal), com uma proposta inicial de prestar serviços a terceiros e com isto ampliar o mercado de trabalho para os jornalistas.

Os jornalistas haviam percebido que a imprensa dedicava pouco espaço para as notícias agrícolas e as cooperativas de produção no Brasil eram todas agrícolas, sendo que no Rio Grande do Sul tinham grande força. Viraram clientes da Coojornal a Cotrijui, Fecotrigio, o Sindicato dos Bancários, Cia União de Seguros Gerais e Sesi, entre outros. Chegou a contar com 100 profissionais, com agência de notícias, agência de fotografias, equipamento gráfico, fotocomposição, montagem, fotolito, só não possuíam rotativas.

A Cooperativa chegou a contar com 318 associados, 86 funcionários administrativos, 30 jornalistas efetivos e 80 jornalistas free-lancers. A maior parte do faturamento era de serviços prestados para outras cooperativas ou empresas (catorze publicações). Contava ainda com cinco publicações próprias. A partir do Boletim interno da cooperativa é que surgiu o jornal *Coojornal*, que contou com uma tiragem nacional de 35 mil exemplares. Porto Alegre era o maior mercado, mas também foi distribuído nas principais capitais do país, principalmente no Rio de Janeiro, onde a venda superou Porto Alegre.

As reportagens eram baseadas em depoimentos e em documentos. Uma matéria que foi considerada furo jornalístico na época é quantos haviam sido cassados pelo governo, a partir dos dados coletados pela pesquisadora Beth Costa e sua equipe, que durante dois meses buscou folha por folha do Diário Oficial de 1964 até 1977. Esta matéria partiu de material inédito de três jornalistas paulistas, que pretendiam lançar um livro sobre o assunto. A intenção era responder às seguintes perguntas: Quantos já foram cassados? Por qual governo? Porque cassaram os cassados? Qual o denominador comum entre os cassados de abril a agosto de 1964? Etc...²¹ Esse foi um verdadeiro furo jornalístico, pois foi o primeiro levantamento dos cassados pelos regime civil-militar em todo o país.

Também foram considerados furos jornalísticos a entrevista com antigos guerrilheiros Tupamaros (do Uruguai), a morte em um bordel de um dos implicados no assassinato do Sargento Manoel Raymundo Soares (caso das mãos amarradas). Essas matérias, principalmente a dos cassados, ficaram famosas e levaram a atitudes de coação aos anunciantes do *Coojornal*.

Grandes empresas como Olvebra, Gerdau, Springer, Maisonave e as Cooperativas, eram anunciantes. Após a publicação do número de cassados, os anunciantes receberam a visita de agentes da Polícia Federal, acusando o *Coojornal* de comunista e aconselhando que não seguissem anunciando nele ou poderiam ter problemas futuros. Somente quatro

²¹ Coojornal, n. 18 julho de 1977.

Cooperativas seguiram anunciando e dentre as outras publicações feitas pela Cooperativa, muitos clientes preferiram não continuar.

Ao problema econômico se juntou o problema político-ideológico dentro da Cooperativa, que em 1978 estava dividida em dois grupos. O grupo que já gerenciava, ganhou a eleição, mas se vê obrigada a lançar um semanário que sabia não ter estrutura para dar continuidade, mas esta era uma das pautas que permitiu a vitória na eleição. O grupo que perdeu a eleição, começou a fazer um ciclo de debates em Porto Alegre, criticando a Cooperativa.

Em 1983 a última edição de *Coojournal* denuncia a prisão dos jornalistas Elmar Bones, Osmar Trindade, Rosvita Saueressig e Rafael Guimarães, devido a processo de 1980 (divulgação de documentos secretos do Exército sobre a Guerrilha do Araguaia). Kucinski explica que para Elmar Bones (segundo entrevista que fez com Rosvita Saueressig) “nada na história acontece por acaso” e foi esse o viés que o *Coojournal* colocou em suas páginas, pois era justamente a tentativa de explicar o que estava acontecendo no Brasil.²²

O jornalista Danilo Ucha, que fez parte do *Coojournal*, explica que desde o início havia uma disputa interna dentro da cooperativa, que gerava atritos e inimizades entre grupos com ideias diferentes. Esses grupos disputavam o poder dentro da Cooperativa e nas palavras de Ucha:

O ponto culminante deste processo foi em 1978 e pode-se dizer que ocorreu em função do excelente momento que a cooperativa atravessava. Por inexperiência de todos, infantilidade de alguns e radicalismo de outros, a disputa sucessória foi altamente dolorosa, perturbadora e tumultuadora. Foi terrível para a *Coojournal* porque a separou em dois grupos: um que estava no poder, quis continuar e continuou; e outro que tentou chegar ao poder, não conseguiu e por isso se afastou.

(...) O final foi melancólico, mas a *Coojournal* foi, também, a experiência mais importante surgida no Brasil, na década de 70, em matéria de jornalismo, e editou um dos jornais mais importantes do País na época da repressão política.²³

Podemos perceber que o *Coojournal* era diferente dos outros jornais alternativos. A partir dessa diferença é que surge a problematização que tentarei fazer, na busca da relação de gênero nas páginas de um jornal que além de criticar a status quo, também fazia críticas a própria imprensa do país.

Sendo um jornal que veiculava longas reportagens políticas e longas entrevistas com personalidades do país, será que também teve o diferencial de dar importância e espaço para os temas que envolviam mulheres? Será que a redação do *Coojournal* contou com o

²² Ibidem, p. 207-221.

²³ UCHA, Danilo. Op., Cit., p. 14.

trabalho de jornalistas mulheres ou de outras profissionais do meio jornalístico? Essa é a busca que farei no próximo capítulo ao analisar algumas edições do *Coojournal*.

Alguns jornais da imprensa alternativa eram contraditórios em relação às causas feministas, como por exemplo, o jornal *O Pasquim*. Esta postura contraditória foi problematizada tanto por Natália Mendez (Mendez, 2007), como por Raquel Soihet (Soihet, 2007). Mendez exemplifica com três entrevistas feitas pelo *Pasquim*. Uma com Betty Friedan (depreciada fisicamente por um dos jornalistas), outra com Tônia Carrero (a manchete alertava que o jornal só entrevistava mulheres “bonitas e inteligentes”) e outra com Leila Diniz (defendia causas feministas como amor livre, liberdade de expressão e liberdade sobre o próprio corpo), sendo que a última entrevistada foi aclamada pelos jornalistas.

Percebe-se que as três entrevistadas sofreram tratamentos diferentes. Méndez ressalta que o feminismo para a imprensa progressista, oscilava entre aprovação e reprovação, sendo que esta última poderia vir em forma de ironia, como no caso do *Pasquim* e cita neste caso Soihet, para quem a ironia pode representar faces diferentes de uma cultura misógina. Mas mesmo os que escreviam ou faziam charges para este jornal, não escondiam esta posição. Talvez por realmente não entenderem o movimento feminista e serem realmente machistas, ou porque entendiam que os compradores do jornal era na sua maioria machistas. Como a própria Soihet escreve, não é possível entender um jornal que se diz de vanguarda, ter ideias retrógradadas.

Nas próximas páginas deste texto, tentarei buscar nas próprias páginas do *Coojournal*, como os jornalistas e editores percebiam o movimento feminista. Se apoiavam ou se tinham algum tipo de posição misógina ou contraditória, como o *Pasquim*.

Na Porto Alegre da década 1970, o movimento feminista também já se fazia presente e as mulheres já exerciam profissões como a de jornalistas, mas na grande imprensa, ainda era função dos jornalistas homens, temas como política, economia e esportes. Será que o *Coojournal*, que era diferente até mesmo dos jornais alternativos, soube perceber que o movimento feminista e as questões de gênero, faziam parte dessa nova realidade e deu espaço não só na sua redação, mas também nas suas matérias para as mulheres?

3 - MULHERES COMO JORNALISTAS, LEITORAS E COMO PAUTA NO *COOJORNAL*.

O material encontrado em vinte e quatro edições de um jornal é muito farto e pode render diversas problematizações. Por este motivo é necessário restringir para poder dar conta do objetivo a que me propus e que já foi explicado anteriormente. Como explica excerto retirado do texto sobre pesquisa e método:

O que fazer com esses trechos recolhidos na documentação? Simplesmente escolher uma posição como “falsa” e outra como “verdadeira”? Essa seria uma perspectiva muito simplista e mais ligada ao debate político do que à pesquisa histórica. Neste caso, parece-nos que cabe ao historiador entender o porquê dessas diferentes posições naquele contexto preciso. Para tanto ele precisa recorrer a concepções teóricas que ofereçam uma visão mais complexa da realidade, não explicitada diretamente nas fontes. Essa perspectiva pode vir, por exemplo, das formulações do sociólogo francês Pierre Bourdieu (...) . Segundo Bourdieu (1989, p. 118), os grupos sociais travam “lutas de classificação” para definir o que é e o que não é realidade, com consequências fundamentais nas lutas pelo poder. (...) Só se aprende a realizar um trabalho teoricamente fundamentado com um exercício constante, que combine pesquisa empírica e reflexão teórica, ao longo do qual o pesquisador acabe por perceber que, mesmo existindo grandes sistemas teóricos, que servem de referência inicial, cada objeto concreto, cada campo demarcado pela curiosidade do historiador, vai exigir um novo diálogo com esse campo genérico, no sentido de redefinir ou de criar categorias adequadas para a análise daquele campo específico.²⁴

Pretendo analisar qual o espaço que as mulheres tiveram no *Coojournal*, de que assuntos as jornalistas trataram e como as mulheres de modo geral foram representadas nas matérias.

É importante salientar que essas mulheres jornalistas estavam inseridas em um tempo e lugar específico. Elas tinham acesso às informações dos movimentos feministas de outros países e estavam dentro ou tinham recém saído das universidades. Conviviam em locais onde circulavam ideias e visões novas, mas também onde as posições de esquerda eram discutidas.

De acordo com a tese de mestrado de Elizabeth P. Cardoso, o feminismo brasileiro da década de 1970, sofria também as influências políticas e econômicas de um período em que a sociedade se modernizava e ao mesmo tempo ocorria a consolidação de um regime autoritário. Por isto a autora cita a tese de Goldberg (Goldberg, 1989), afirmando que um dos processos de modernização foi a alteração do estatuto da mulher casada, que a partir daquele

²⁴ Benito B. Schmidt, Regina C. L. Xavier e Silvia R. F. Petersen in Pinto, Céli R. J. e Guazzelli, A. B. Cesar (org.). Ciências humanas: pesquisa e método – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 40.

momento, não precisaria mais da autorização do marido para exercer atividades assalariadas e que foi incorporada ao Código Civil em 1962.

Um ano antes havia surgido a revista *Cláudia*, que 1963 esta revista passa a contar com os artigos da jornalista Carmen Silva, além de matérias que apresentavam produtos para consumo e indicavam comportamentos para a mulher moderna. A partir de 1973 surge a revista *Nova*, cuja linha editorial estava atenta a pautas relacionadas com a liberação sexual da mulher. Uma parcela das mulheres de classe média, buscava através do ensino superior, a melhoria de cargos e salários para fazer parte dessa nova realidade.²⁵

O período também significou um aumento de 152% da matrícula no ensino superior, sendo que em 1956 as mulheres representavam 26% dos ingressantes nesse nível de ensino; em 1971 passou para 41,5% e em 1975 ultrapassava 50%, superando o número de homens matriculados. Tal incremento no número de matriculadas está ligado à reforma do ensino superior realizada pelo governo militar, a qual incentivou a abertura de universidades particulares (Goldberg, 1987). A década de 70, também, é cenário do aumento de mulheres no sistema produtivo. “A taxa de atividade feminina que relaciona as mulheres que trabalham com a população feminina de mais de 10 anos, passou de 14,6% em 1950 a 18,2% e a 28,8% em 1976” (Goldberg, 1987).²⁶

As ideias que circulavam e eram discutidas entre as feministas brasileiras, apareciam também através de intelectuais que possuíam relevante atuação, acerca dos debates sobre a situação da mulher. Carmen da Silva foi uma destas intelectuais. Na tese de doutorado de Natalia Mendez, foi realizada uma pesquisa sobre o percurso do pensamento feminista brasileiro através de seus espaços de atuação e das influências que exerceram, três intelectuais brasileiras: Carmen da Silva, Rose Muraro e Heleieth Saffioti. Mendez ao escrever sobre Carmen da Silva, explica a importância da sua coluna para o movimento feminista brasileiro.

A partir de um primeiro contato com publicações feministas situadas no espaço temporal da década de 1960 saltaram aos olhos as produções de três mulheres. A primeira delas é Carmen da Silva, jornalista e escritora que por vinte anos (1963 - 1985) publicou uma coluna semanal na *Revista Claudia* intitulada *A Arte de Ser Mulher*, além de outros diversos livros sobre o tema. Foi uma referência fundamental para o movimento de mulheres que tomara corpo nos anos de 1980 e é considerada uma das principais divulgadoras das ideias feministas no país. Sua obra possui livros reconhecidos na literatura rio-platense como *Septiembre*, publicado na Argentina em 1957 e que lhe valeu o ingresso à Sociedade Argentina de Escritores (SADE), e *Sangue sem dono* (1964), primeiro romance após seu retorno ao Brasil.

Carmen da Silva nasceu na cidade gaúcha de Rio Grande em 31 de dezembro de 1919. Iniciou sua vida intelectual como romancista e escreveu três obras de ficção nos anos de 1957, 1964 e 1973. Viveu durante alguns anos na Argentina e neste país entrou em contato por primeira vez com uma literatura

25 Cardoso, Elizabeth P. Imprensa feminista brasileira pós – 1974. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação - USP, São Paulo, 2004. p. 42 - 46.

26 Idem, p. 46.

feminista internacional. Entre suas principais influências, está a filósofa Simone de Beauvoir. De volta ao Brasil, Carmen passou a exercer o trabalho de jornalista. Em meados dos anos de 1960, foi convidada a escrever uma coluna semanal na *Revista Claudia*, de grande circulação nacional.²⁷

O caso de Carmen da Silva, pode ser tomado como um indício das transformações que algumas mulheres viviam no período dos anos 1960 e 1970. Foram décadas de um aumento, ainda que tímido, da participação feminina em profissões que, até então eram monopolizadas por homens.

Nas vinte e quatro edições, localizei em torno de sessenta referências que tinham algum tipo de relação com as mulheres: escritas por, com a participação de, ou sobre alguma mulher ou mulheres. Vou me deter somente em algumas, que possuem uma maior relevância com o tema da pesquisa.

Ao ler o número um de 15 de novembro de 1975, decidi começar por tentar encontrar que nomes apareciam como representantes do impresso e se haviam mulheres entre os nomes. Segue abaixo a descrição que do que localizei:²⁸

Diretoria: Presidente e vice – 2 homens;

Secretária – Rejane Baeta;

Conselho Administrativo – todos homens (7) incluindo Danilo Ucha, já citado no capítulo anterior;

Conselho fiscal – 3 homens e 3 suplentes também homens;

Conselho Editorial – 4 homens (Elmar Bones entre eles) e 1 mulher (Rosvita Saueressig)

Administração – 2 homens (gerente administrativo e comercial) e 1 mulher (Terezinha Novo - secretária)

Editor Responsável – Elmar Bones da Costa

Redação: 39 mulheres no total de 162 listados (neste espaço estavam listados acredito que todos os cooperativados e entre eles contei as 39 mulheres, mas não fica claro se todos escreviam para o Coojornal).

Fotografia: 2 mulheres (Maria Eneida Serrano e Jacqueline Joner) e 13 homens;

Arte: 6 mulheres e 6 homens;

Cartuns: nenhuma mulher;

Colaboradores: nenhuma mulher.

27 Méndez, Natalia. Com a Palavra, o Segundo Sexo: Percursos do Pensamento Intelectual Feminista no Brasil dos Anos 1960. Tese de doutorado, UFRGS, 2008, p. 12.

28 Coojornal, Ano I, N.º 1, novembro de 1975, p. 4.

Apesar de estar numerado como o de número um, o próprio editor explica que ainda se trata de um Boletim e que a partir de fins de Março ou início de Abril vai começar a circular como de fato um jornal. Por este motivo havia somente 8 páginas neste exemplar e nestas não localizei nada sobre ou assinado por uma mulher.

Na descrição dos responsáveis a maioria é de homens, mas isto só demonstra que o jornalismo ainda era um terreno masculino. O que estou procurando na pesquisa é justamente buscar a tênue linha que separa a tímida, mas relevante mudança do papel da mulher neste espaço, que também é representativo de uma parte da sociedade da época. Os responsáveis pela Arte estavam em igual número entre homens e mulheres, na quantidade de seis. Também relevante o conselho editorial que entre cinco componentes, um era mulher.

Rosvita Saueressig fez parte do conselho editorial, desde o início. Em 1983 foi presa junto com Elmar Bones, Osmar Trindade e Rafael Guimarães, todos acusados de divulgação de documentos militares secretos e prevaricação. Localizei um depoimento dado por Rosvita para o jornal *Sul21* em 7 de junho de 2011, em que ela explica a diferença do *Coojornal* para os outros jornais alternativos:

Rosvita afirma que o jornal nasceu da aspiração de liberdade dos jornalistas e do desejo de terem “controle sobre o produto final e produzir um bom jornalismo”. Ela lembra que a publicação rompeu com o jornalismo feito naquela época. “O Coojornal estava bem à frente de seu tempo. Fazia um jornalismo como o de hoje”, ressalta. E já se passaram quase 30 anos desde a sua extinção, em 1983. O último número, o 78, circulou em março de 1983. Outro ponto ressaltado por Rosvita é que a Cooperativa, editora do Coojornal, tinha o comportamento de uma empresa. “Era uma empresa; não um sindicato”.²⁹

Rosvita Saueressig deixa claro que o *Coojornal* era também uma empresa, ou seja, um local onde os jornalistas tinham espaço não só para publicar as notícias, mas era onde os jornalistas também garantiam o seu sustento. Por este motivo o foco também era a rentabilidade, pois a empresa deveria gerar empregos para estes jornalistas, que por sua vez, teriam liberdade para fazer suas matérias, sem a interferência de um único dono. Essa era a preocupação de Saueressig e dos outros editores e jornalistas associados da cooperativa. Será que esse foi um dos diferenciais, para que as mulheres tivessem um espaço maior dentro da redação do *Coojornal*, ao contrário de outros jornais, cuja gestão era tradicional.?

Na edição de número dois, a foto da capa é de autoria de Jacqueline Joner. A foto mostra um casal sentado, ao que parece ser um colchão fino. Abaixo da foto uma manchete

²⁹ <https://www.sul21.com.br/jornal/coojornal-um-alternativo-suprapartidario/> (acesso em 08/12/2017).

que diz: “Os salários estão caindo e não há vagas. Esta a situação em Porto Alegre”.³⁰ Não localizei nenhuma matéria interna sobre o tema da foto, mas achei relevante a fotografia de uma jornalista fotográfica aparecer na capa e com um tema social, chamando a atenção para o desemprego e consequente empobrecimento.

Na página oito da mesma edição, localizei uma matéria onde foi realizado um levantamento entre 93 alunos que terminaram o curso de jornalismo da PUC e UFRGS e que saíram insatisfeitos com o curso. Entre os depoimentos, constam quatro fotos onde aparecem 3 estudantes homens e uma mulher. Nos 9 depoimentos que estavam no texto, localizei 5 nomes de homens e 4 de mulheres.³¹ Neste caso já é possível perceber não só a entrada das mulheres nas duas principais universidades de Porto Alegre, mas também que o jornalista responsável pela matéria, se preocupou em coletar o depoimento de homens e mulheres.

Na edição de número três, de Fevereiro de 1976, localizei na página 5, nova foto de Jacqueline Joner. Era de um menino de rua dormindo no chão, usando somente um calção, em frente a uma loja cuja vitrine expunha diversas perucas. Não localizei mais nenhuma outra referência à mulher nesta edição.³² A foto novamente de uma mulher fotógrafa jornalística, sem matéria interna sobre o tema, mas abordando uma imagem social de uma criança abandonada e dormindo na rua. De acordo com o site de Jacqueline Joner, ela se graduou pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1976) em Comunicação Social com ênfase em Fotografia e foi editora de fotografia da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre (1976 a 1979).³³

Na busca que fiz na edição de número quatro, na página um, localizei duas cartas de leitoras, escritas por jornalistas com informações de onde estavam trabalhando.³⁴ Regina que escreve de Munique e Bernadete que escreve de Florianópolis, ambas jornalistas. Regina conta brevemente sobre a sua experiência na Alemanha, a dificuldade com o idioma, a falta de emprego e as características da programação de rádio, tv e também dos jornais impressos. Bernardete também expõe brevemente a situação empregatícia para os jornalistas, as oportunidades que são poucas e que alguns colegas foram trabalhar em assessorias e publicidade.

Na mesma página tomando quase todo o espaço, a foto de uma menina negra chorando com uma boneca branca nos braços. A foto é de Jaime Klintowitz. Não consegui

30 Coojornal, Ano I, N.o 2, dezembro de 1975, capa.

31 Ibidem, p. 8.

32 Coojornal, Ano I, N.o 3, fevereiro de 1976, p. 5.

33 <http://www.jacquelinejoner.com.br/Biografia.html> (acesso em 13/12/2017).

34 Coojornal, Ano I, N.o 4, março/abril de 1976, p. 1.

encontrar relação direta desta foto da primeira página, com as matérias internas desta edição. O mesmo ocorreu na edição anterior, por exemplo, com a foto de autoria de Jacqueline Joner. Talvez a capa fosse um espaço reservado para o profissional da fotografia apresentar sua mensagem artística e política, sem a necessidade de texto, somente a imagem bastaria. Como o foco do presente trabalho não são especificamente imagens, não busquei maiores informações a este respeito.

A partir da leitura das três edições, foi possível perceber que as duas jornalistas, a que estava em Munique e a que estava em Florianópolis, tiveram a preocupação em descrever o mercado de trabalho jornalístico. Especificaram a situação sem fazer distinção de gênero. Não pude perceber diferença no relato das jornalistas, se as oportunidades de emprego em Munique eram mais propícias para os jornalistas homens, do que para as jornalistas mulheres. Nos relatos de ambas, a dificuldade não tinha diferença de gênero e sim de oportunidades. No relato da jornalista de Florianópolis, ela informa que muitos estavam saindo do jornalismo e migrando para assessoria de imprensa e publicidade, mas ela não especifica se as mulheres eram bem vindas nessas profissões.

Encontramos até aqui menção a uma mulher editora, duas jornalista e uma fotógrafa jornalística. No depoimento dos estudantes de jornalismo da PUC e UFRGS, as mulheres faziam o mesmo tipo de crítica que os homens, ou seja, que a baixa qualidade dos cursos que não os preparava para o mercado. Nenhuma das estudantes falou especificamente sobre se o fato de que ser mulher dificultava a entrada no mercado de trabalho. Talvez por ser uma pergunta direcionada sobre a qualidade do ensino nas faculdades de comunicação e as estudantes não acharam oportuno comentar sobre as dificuldades de gênero, dentro do ambiente profissional das redações.

Na edição de número quatro, localizei um título interessante: *Na Redação, 35 feministas*. A notícia tratava de um novo jornal em regime cooperativo, lançado em São Paulo, *Nós Mulheres*, formado por 35 jornalistas que se diziam feministas e nas palavras de uma delas:

Isso em linhas gerais, porque achamos que a mulher brasileira se define através do seu sexo. Elas têm medo de dizer que são feministas, pois esse ainda é um termo pejorativo e elas negam essa condição com medo de serem ridicularizadas. Queremos acabar – e esta é uma de nossas metas – que a mulher brasileira não sinta vergonha de acusar a discriminação que sofre de maneira silenciosa.³⁵

35 Coojornal, Ano I, N.º 4/2, maio de 1976, p. 6.

A notícia segue explicando que o jornal é feito por um grupo jovem, em que cada uma contribui com uma mesma quantia em dinheiro. Lutam pela “emancipação da sociedade como um todo, porém a luta da mulher é uma luta específica (pela própria opressão do sexo)”.

Das edições que tinha lido até o momento, esta foi a primeira que encontrei o termo feminismo ou feministas. O próprio termo feminismo e mesmo jornalistas defendendo o feminismo, ainda não havia aparecido nas outras edições. Interessante que a jornalista, ao explicar a linha editorial do *Nós Mulheres*, chama a atenção para o fato de que se intitular feminista é considerado pejorativo e que a meta do periódico é justamente acabar com a discriminação e sofrimento silencioso da mulher. Percebe-se que na visão desta jornalista o feminismo ainda era considerado pela maioria, algo que as mulheres deveriam evitar, sob o risco de serem ridicularizadas.

Na mesma página continha notas sobre outros periódicos nanicos, mas gostaria de comentar sobre *O Terço*, pois foi concedida entrevista por Ibsen Pinheiro para a jornalista Marina Abu-jamra. Este jornal alternativo contava com crônicas e charges do jornalismo esportivo gaúcho. Considero relevante esta entrevista para este trabalho, pois percebemos que no *Coojornal* as reportagens e entrevistas não pareciam ser escolhidos por gênero, como nos outros jornais da grande mídia. Neste caso era uma jornalista mulher, entrevistando um jornalista esportivo que estava lançando um periódico alternativo sobre futebol, ou seja, um terreno ainda considerado masculino.

Nesta mesma edição, localizei uma matéria sobre fotógrafos jornalísticos, onde aparecem depoimentos de duas fotógrafas mulheres, Jacqueline e Eneida. Elas falam sobre a discriminação que sofrem dentro dos jornais. Jacqueline teve destacado o seu comentário: “Eu fiquei três meses e não suportei as pressões. Nesse mesmo ano, nove mulheres passaram pela ZH sem aguentar a barra, certo tipo de brincadeira. É insuportável”³⁶

A partir do comentário de Jacqueline Joner, percebemos que o *Coojornal* era um ambiente diferente daquele que elas definiram como “insuportável”, pois elas não só continuavam trabalhando lá como também tinham espaço para discutir o ambiente de trabalho nos outros jornais. Na discussão que ocorria entre os fotógrafos, foi dito que eles não tinham formação ou curso, que foram todos autodidatas. As únicas duas exceções foram justamente Jacqueline e Eneida, que saíram do curso de jornalismo, onde tiveram uma disciplina de fotografia.

No decorrer da conversa um dos fotógrafos faz um comentário que é respondido por Jacqueline e Eneida, onde fica claro a discriminação que as fotógrafas sofriam:

36 Coojornal, Ano I, N.º 4/2, maio de 1976, p. 8 e 9.

Trindade - Apesar das restrições em algumas empresas, as mulheres estão entrando em grande número nos jornais. Isso não está ocorrendo na fotografia. Por quê?

Jacqueline - A Zero Hora se diz aberta à entrada de mulheres. E trabalhei lá três meses, mas não tive condições de ficar devido a uma série de pressões, dos preconceitos dos próprios colegas.

Luis Cláudio - Mas tu e a Eneida fazem aquelas duas páginas aos sábados sobre fotografia na Folha da Manhã...

Eneida - Nós não trabalhamos lá. Nós ganhamos 150 cruzeiros cada uma por semana, como colaboradoras. Legalmente, quem edita aquilo é o Departamento Fotográfico. Não há nada oficial, mas parece que às fotógrafas mulheres não é permitido mais que isso. A verdade é que o preconceito existe. Também aqueles que se dizem favoráveis à mulher na fotografia porque ela têm uma visão mais estética estão revelando um preconceito, igual ao outro de que a mulher não aguenta porrada?

Luis Cláudio - O argumento é de que as mulheres não aguentam porrada?

Assis - O maior argumento, que não me disseram, mas deixaram implícito, é que na fotografia não tem nível para trabalhar mulher, que a promiscuidade vai ser muito violenta, que vai acabar em sujeira.

(...)

Jacqueline - Também já me disseram que o argumento é esse: o departamento fotográfico não têm nível para conviver com uma mulher lá dentro...³⁷

No andamento da conversa Assis, que era o fotógrafo mais antigo, explica que já foi muito pior, mas que os fotógrafos ainda tinham umas brincadeiras meio grosseiras, que diziam muito “palavrão”. Explica que já teve homens que não aguentaram certos tipos de brincadeira, pressão e o ambiente.

Esse diálogo foi importante, pois não só mostrou que o ambiente fotográfico do jornalismo fotográfico, ainda era um terreno masculino. Era um ambiente hostil para as mulheres, devido a certas brincadeiras feitas pelos homens e que causavam constrangimento, tornando o ambiente “insuportável” como explicou Jacqueline. Também foi possível perceber através deste debate, que já se comentava nas redações, sobre o aumento de jornalistas mulheres nos jornais. Era uma nova realidade dentro das redações que começava a chamar a atenção dos jornalistas. Percebe-se que era uma situação nova e que não estava sendo bem aceita, ao menos no ambiente fotográfico, onde as mulheres ainda eram minoria.

Localizei na edição de número seis, uma carta de leitora de Tânia Faillace.³⁸ Ela indica erros de revisão e também critica duas matérias. Uma sobre o percentual de crescimento do Coojornal que indica 300%. Isto nas palavras dela representaria um crescimento econômico absurdo, que de fato não teria ocorrido e não apenas o aumento de unidades produzidas. A outra matéria criticada por Tânia Faillace, foi sobre o que os jornalistas pensam sobre os próprios jornais. Aparece, segundo suas palavras, uma tabela

³⁷ Ibidem.

³⁸ Coojornal, Ano I, N.º 6, junho de 1976, p. 2.

cujos números não são interpretados e nem relacionados com o número de jornalistas entrevistados e destes com os números de jornalistas em atividade, nos respectivos órgãos. Ambas matérias constam na edição anterior a da carta nas páginas 2 e 10 respectivamente.

Na mesma página, antes da crítica de Tânia Faillace, o editor explica que o *Coojornal* aceita e faz questão de receber a colaboração de todos os profissionais e coloca o endereço para onde deve ser enviado. Percebi ao longo dos números analisados, que os espaços dedicados às críticas eram amplos. Segue a carta de Tânia Faillace na íntegra:

O Coojornal, que por sua própria natureza, deveria ser um boletim padrão, voltou a circular com uma série de problemas.

1) Revisão - está fraquíssima, como de costume.

2) Texto - encontramos errinhos primários, do tipo “para...para...” e adjacências.

3) Chutes - na matéria sobre a assembléia geral, foi dada a porcentagem de 300% para o crescimento da Cooperativa - termo que só teria razão de ser para especificar um crescimento econômico (absurdo) e não para um aumento de unidades produzidas, coisa bem diferente.

4) A matéria do Caparelli sobre o que pensam os jornalistas sobre os próprios jornais - em si, interessante - é arruinada por uma tabela inteligível, cujos números não são interpretados nem relacionados com a porcentagem de jornalistas entrevistados, e destes com os jornalistas em atividade nos respectivos órgãos. Como está, a tabela não tem qualquer valor. (Tânia Faillace)³⁹

A matéria da jornalista Rosvita Sauressig, parece ter vindo em resposta a crítica. A jornalista apresenta dados sobre a diferença da quantidade de cargos e salários entre os jornalistas homens e mulheres, que trabalham nos principais jornais de Porto Alegre. Esses dados ela havia apresentado em mesa redonda promovida pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Sociais do MDB, sobre a mulher no Trabalho e Liberdade de Expressão. Segue nas palavras de Sauressig, cujo título ela colocou - O Machismo nos jornais.

A presença cada vez maior de mulheres nas redações dos jornais de Porto Alegre, pode apresentar, muitas vezes, a conquista da igualdade feminina no mercado jornalístico. No entanto, uma rápida pesquisa nos cinco maiores jornais diários de Porto Alegre mostra que ainda há distorções a serem corrigidas.

Como em todo o mercado de trabalho dominado pelos homens, as mulheres ainda têm pouco ou nenhum acesso às decisões dentro de um jornal e poucas chegam aos cargos de chefia.

Dados obtidos na semana de 1 a 6 de junho passado mostram que nos jornais Zero Hora, Correio do Povo, Folha da Manhã, Folha da Tarde e Jornal do Comércio de 111 repórteres, 28 são mulheres, apenas 25 por cento. Deu um total de 37 editores, apenas 7 são mulheres e a porcentagem baixa para 18 por cento. E nos cargos de chefia (secretário e subsecretário de redação) há apenas 1 mulher para 9 homens, o que equivale a 10 por cento.

Esta concentração de mulheres nos cargos mais baixos, com pior remuneração, é revelada por pesquisa feita pelo repórter Sérgio Caparelli em agosto de 1975, na qual foram entrevistados 175 jornalistas dos mesmos veículos acima citados.

Neste levantamento, o salário médio da classe era de 3,8 salários mínimos regionais (CR\$ 494,40). Entre os homens esta média subia para 4,5 SMR e

39 Ibidem, p. 2.

nas mulheres baixava para 3,1 SMR. Esta diferença ocorre porque o maior número de mulheres concentra-se nos cargos de salários mais baixos. Das 29 entrevistadas na pesquisa de Caparelli, 65 por cento recebem de dois a quatro salários mínimos e apenas uma está na faixa superior a oito SMR.

Já entre os homens a porcentagem dos salários mais altos sobe para 31 por cento. E, na faixa de 2 a três salários mínimos, dos 144 homens entrevistados estão em 41, equivalente a 28 por cento.⁴⁰

Os dados que foram levantados pelo jornalista Caparelli foram os mesmos que a Tânia Faillace havia criticado, mas que na matéria de Rosvita Sauressig, foram devidamente analisados e descritos de outra forma, não só levado ao conhecimento dos leitores do *Coojornal*, mas também ao conhecimento dos que estavam presentes na mesa redonda do MDB.

Os dados analisados por Rosvita Sauressig, são uma evidência de que o tema da participação feminina no jornalismo vinha ganhando força. Ao mesmo tempo, o texto mostra que as mulheres percebiam como um problema a ser enfrentado: a participação numericamente inferior aos homens nas redações; o fato de não ter acesso aos melhores cargos e, como consequência, auferir salários inferiores em relação ao teto da categoria. As jornalistas percebiam que estavam aumentando em número dentro das redações, mas ainda faltava ascenderem aos melhores cargos. Sauressig declara que “como em todo o mercado de trabalho dominado pelos homens, as mulheres ainda têm pouco ou nenhum acesso às decisões dentro de um jornal e poucas chegam aos cargos de chefia”. Talvez se possa inferir dessa declaração que o *Coojornal*, apresentava essa dificuldade em menor grau, pois Sauressig fazia parte da diretoria e teve espaço para problematizar estas questões.

Na edição seguinte⁴¹ localizei uma entrevista com a primeira fotógrafa profissional de Porto Alegre e uma entrevista com Patrícia Bins, contratada por Breno Caldas. Bins seria responsável por editar um suplemento da Folha da Tarde, que tratava de assuntos “que elevem a cultura feminina” (contos, decoração, pintura). Achei relevante saber que na década de 1920 uma fotógrafa mulher, trabalhou profissionalmente em Porto Alegre, ainda que segundo as palavras dela, causasse estranheza na população. A profissão ela disse ter aprendido com o pai, que não tinha ajudante e precisou contar com ela. Parece que neste caso a necessidade, propiciou uma oportunidade que outras mulheres não tiveram.

Coojornal - A senhora chegou a fotografar para os jornais?

Margarethe - Não, nunca trabalhei para jornais. Mas bati muitas fotos-documentos. Eu tinha carta-branca do governador Borges de Medeiros. Com essa carta podia andar em qualquer lugar e ninguém tinha coragem de molestar. Fiz uma viagem ao Alto Uruguai e tirei fotos incríveis. Isso na década de 20. Nessa viagem

⁴⁰ Ibidem, p. 10.

⁴¹ Coojornal, Ano I, Nº 7, julho de 1976, p. 4 e 8.

ouvi muitos comentários pelo fato de ser mulher. Mas abria a sacola e tirava a carta-branca: todo o mundo se calava.⁴²

A entrevista com Patrícia Bins, parece deixar claro que a companhia jornalística de Breno Caldas, tinha outro tipo de preocupação com relação a mulher. A intenção era um suplemento especial dedicado para as mulheres, mas este deveria tratar da cultura feminina, que era considerada: contos, decoração e pintura. O fato de dedicar um suplemento especial, representa que as mulheres já eram consideradas consumidoras de jornal, mesmo que os temas da grande imprensa, ainda estivessem atrelados ao que se considerava temas femininos.

Na edição de número oito⁴³, constam depoimentos de jornalistas homens e mulheres a respeito de como é trabalhar no Coojornal. No geral foram depoimentos positivos sobre o bom ambiente de trabalho, muitas tarefas com multi funções o que era considerado bom profissionalmente, por agregar conhecimento. Localizei o depoimento de uma diagramadora e de uma arquivista. Percebe-se que as funções que as mulheres exerciam no coojornal não eram somente de jornalista e fotógrafa, o leque de possibilidades profissionais se ampliava neste ambiente.

Localizei na edição de número nove⁴⁴, matéria sobre o Ano Internacional da Mulher onde relaciona algumas publicações feministas no Brasil: Brasil Mulher que defende os direitos humanos e anistia e o Nós Mulheres que desenvolve a conscientização da mulher de maneira geral. Ambas publicações políticas que tratavam de temas relevantes para o momento. Dar espaço no jornal para divulgar essas publicações, pareceu importante para demonstrar que a linha editorial do *Coojornal*, considerava relevante as pautas feministas. Já era a segunda vez que o Nós Mulheres recebia um comentário do *Coojornal*.

Relevante na edição dez, foi a entrevista com Mino Carta, onde ele entre outras coisas, fala do fenômeno da imprensa nanica ou alternativa no Brasil. Segundo suas palavras, diferente dos jornais que estão nas mãos de empresas familiares, representantes da elite dominante, os alternativos ainda podem praticar o bom jornalismo. O *Coojornal* era um jornal alternativo, então seguindo a percepção de Carta, podemos inferir que praticante do bom jornalismo.⁴⁵

Na edição treze localizei matéria de Elaine Lerner, sobre os Releases que o Grêmio entrega aos jornais, a partir de um único jornalista convidado e bancado pelo grêmio

42 Ibidem p.4.

43 Coojornal, Ano I, Nº 8, agosto/setembro de 1976, p. 6 - 8.

44 Coojornal, Ano I, Nº 9, outubro de 1976, p. 10.

45 Coojornal, Ano I, Nº 10, novembro de 1976, p. 11 e 26.

(segundo portaria da CBD todo o clube em viagem internacional deve levar um jornalista profissional). Mais uma vez uma jornalista mulher está tratando de um tema considerado masculino, ou seja, futebol. Ela também está fazendo uma crítica, pois os releases, conforme ela explica, deixam todos os jornais com a mesma notícia.

Outra matéria interessante desta mesma edição é sobre o programa de Sérgio Jockyman, que contrata mulheres jornalistas para operar atrás das câmaras: “Cinco repórteres, a produtora Jane Switicho e a assistente de direção Elisabeth Horn. Todas são mulheres e bem remuneradas”, segundo Jockyman, que afirma pagar o dobro de qualquer outra emissora de Porto Alegre.” A foto para o *Coojornal* é feita por Jacqueline Joner. Interessante perceber que Jockyman, não só fez questão de colocar mulheres em diversos cargos na produção do seu programa, mas também fez questão de deixar claro que todas eram bem remuneradas. Ele não considerava as mulheres incapazes de trabalhar na produção e operação do programa. Também não concordava que elas recebessem salários menores, como ocorria em outros veículos de comunicação.⁴⁶

Localizei também um reportagem de Tânia Jamardo Faillace, sobre o presídios gaúchos. A reportagem era a continuidade de reportagens que ela já havia feito dois anos antes, para outro jornal. Dessa vez ela retornou ao Presídio Central, Penitenciária Estadual do Jacuí e o Presídio Municipal de Santo Antônio e detectou que a situação dos presídios piorou nestes espaço de tempo. Vemos aqui uma jornalista mulher, tratando de um tema social e ao mesmo tempo policial, sobre presídios masculinos. Na reportagem não aparece menção a presídio feminino. O espaço dedicado a reportagens de jornalistas mulheres se amplia, assim como os temas não parecem estar vinculados a questões de gênero.⁴⁷

Na mesma edição de fevereiro, localizei uma reportagem sobre o sobre veraneio em Tramandaí. Considerei relevante, pois aparecem depoimentos de mulheres e homens sobre paqueras sem compromisso. Jovens de ambos os sexos, que aos finais de semana se dirigem para Tramandaí em busca de festas, namoros e sexo sem compromisso. Sinal de uma mudança de comportamento social, já que antes as paqueras e namoros tinham como intenção o casamento. Encontrei o depoimento de uma jovem professora de ensino médio, que dizia

46 Coojornal, Ano II, Nº 13, fevereiro de 1977, p. 6 e 9.

47 Ibidem, p. 24 - 26.

gostar de Tramandaí, por ter mais homens. Temos neste caso o depoimento de uma mulher jovem, que tinha uma profissão e que não apresentou nenhum constrangimento de dizer para o jornalista, qual o real motivo da escolha por Tramandaí. Considerei neste caso um exemplo das mulheres emancipadas e livres sexualmente, que começavam a ficar aparente nos jornais.⁴⁸

Nesta mesma edição, o editor Elmar Bones apresenta a jornalista e escritora Tânia Faillace, que está lançando seu novo livro na edição de março. Como podemos perceber o fato de Tânia criticar o jornal, não impedia o editor responsável de elogiar o trabalho da jornalista.

Está na praça um novo livro, o quarto da escritora e jornalista Tânia Jamardo Faillace. (...) Vivemos num meio opressor e hipócrita que corrompe e destrói o que existe de puro, de verdadeiramente humano e autêntico (...) Esta é a questão que Tânia Faillace tem se proposto a expor em quase todos os seus trabalhos (...).

Na época em que escreveu os contos mais antigos desse volume, 1963, Tânia produzia também histórias de mistério para um programa de rádio-teatro na Rádio Farroupilha (...) o essencial era alcançar o máximo de simplificação de linguagem para ser entendido pela massa dos ouvintes. Três anos mais tarde, começava em jornal, também uma atividade voltada para os leitores mais humildes e menos preparados: respondia pela seção Correio do Coração, no jornal Zero Hora, na época ainda um diário popular. O trabalho de repórter em vários setores, inclusive a cobertura policial, completam sua experiência jornalística. (...) foi a única mulher e o único representante gaúcho a ser convidado para o livro Escritores Malditos, o terceiro da série Extra-Realidade Brasileira que reúne oito dos principais nomes da nova geração de escritores brasileiros, recém lançado.⁴⁹

Pelo que podemos perceber pela descrição de Elmar Bones, Tânia Faillace era uma jornalista, cuja preocupação social, aparecia através de suas matérias e de seus livros. Uma mulher fazendo reportagens policiais já era um rompimento do que normalmente ocorria, como pudemos perceber na reportagem sobre os presídios.

Essa mesma edição contou com uma matéria sobre o assassinato de Ângela Diniz por Doca Street devido a ciúmes e de como isto se transformou em uma festa para a imprensa. Esse crime rendeu várias capas de jornais e revistas na época. A maior parte da sociedade via Street como uma vítima ferida em sua honra, como ainda era costume.

Uma festa, dissemos? Sim, e não apenas nas casas dos bem nascidos do Rio, Belo Horizonte e São Paulo, que, num pantagruélico banquete devoravam simbolicamente o cadáver da pobre Ângela Diniz e a honra do seu matador, temperados com culpa coletiva que tão habilmente camuflam. A festa estendeu-se por locais mais sombrios - pelo menos nas circunstâncias atuais - como as redações

⁴⁸ Ibidem, p. 16 - 20.

⁴⁹ Coojornal, Ano II, Nº 14, março de 1977, p. 8.

de jornais, os corredores de delegacias e os labirintos em que por vezes se emaranha a justiça.

Tudo isso sob o olhar fixo e silenciosa emoção dos que - para desespero dos policiais, repórteres e funcionários da Justiça - , naquele instante, sepultavam definitivamente Ângela Diniz e elegiam Raul Street a maior vítima do crime da Praia dos Ossos.⁵⁰

Crimes de honra em que homens matavam as mulheres, ainda eram considerados crimes com uma justificativa plausível. A mulher ainda era vista como uma propriedade do homem, por isto a sociedade da época elegeu Doca Street a vítima e a mulher assassinada, neste caso Ângela Diniz, como tendo provocado a própria morte. Essa questão rendeu um livro, como consta na edição de número dezesseis. O livro foi escrito pelo jornalista e escritor Aguinaldo Silva, onde ele defende que a posição de algoz ou vítima, que tanto Street quanto Diniz, compartilharam em diferentes momentos, foram forçadas pela imprensa para vender jornais. Percebi que nas redações, crimes de honra já não eram mais levados a sério, mas a sociedade ainda os tinha como válidos, por isso a discussão foi levada ao limite do interesse popular.⁵¹

Em matéria de autoria de Elmar Bones, é dado uma explicação sobre a contratação da jornalista Ivete Brandalise pela TV difusora, após muita insistência e que em seguida ela foi demitida. Ela havia falado sobre o rompimento do acordo militar entre Brasil e EUA.

O espectadores da TV Difusora, canal 10, ainda não devem ter entendido o que aconteceu com a jornalista Ivete Brandalise (...).

Profissional com 14 anos de rádio, jornal e TV, ela foi apresentada ao público do canal 10 como uma grande aquisição que iria enriquecer o principal noticioso da emissora, o *Câmera 10*, com o sabor de seus comentários e críticas.

A direção (...) anunciou sua estréia com entusiasmo. (...) Foi nesse clima que ela fez o seu primeiro comentário, dia 7 de março, uma crônica de 2 minutos, falando sobre o rompimento do acordo militar entre Brasil e Estados Unidos.

Um bom comentário, mas com um senão: o assunto era proibido pela censura e o funcionário que recebera a ordem (quem sabe contagiado pelo entusiasmo geral) simplesmente esquecera de avisar o departamento de notícias.⁵²

Ivete Brandalise já estava atuando como jornalista à catorze anos. Fazia parte de uma geração de mulheres jornalistas, que apesar de ainda não ser em grande número, exercia uma certa influência no meio jornalístico e no público. Isto se traduz na insistência da direção da TV Difusora pela sua contratação. Busquei alguns dados biográficos sobre a jornalista, a fim de entender o motivo do seu sucesso. De acordo com tese de mestrado de Laira Ferreira

⁵⁰ Ibidem, p. 9.

⁵¹ Coojornal, Ano II, Nº 14, maio de 1977, p. 32.

⁵² Coojornal, Ano II, Nº 15, abril de 1977, p. 8 e 7.

de Campos, Ivete Brandalise nasceu em Santa Catarina e veio para Porto Alegre em 1953 estudar no Colégio Bom Conselho. Graduou-se pela UFRGS em 1959 e após ter trabalho no Teatro de Equipe em produção, fotografia e divulgação das peças até 1963, começou a trabalhar no Diário de Notícias. Era responsável pela página feminina que continha receitas, entrevistas com mulheres de destaque profissional e crônicas. Em 1964 começa a trabalhar na TV Gaúcha em um dos primeiros telejornais gaúchos e em 1968 na Rádio Guaíba a convite de Flávio Alcaraz Gomes, no programa de nome Cinco minutos com Ivete Brandalise. Escrevia crônicas para o jornal Folha da Tarde da empresa Caldas Júnior e trabalhou também para as TVs Piratini, Difusora, Guaíba e Jornal ABC de Domingo. Enfrentou problemas com a censura devido ao seu comportamento crítico, durante a ditadura civil-militar⁵³

Localizei na edição seguinte uma entrevista com o intelectual, Darcy Ribeiro. Entrevista em que ele discorre sobre educação universitária no Brasil. Mas para esta pesquisa retirei apenas o pequeno parágrafo a que ele se referiu a entrada das mulheres da universidade.

Criador da Universidade de Brasília, no governo Juscelino, seu primeiro reitor e depois ministro da Educação e chefe da Casa Civil no governo Jango, viveu desde 1964 no exterior - em 68, tentou voltar, foi preso e julgado inocente, mas preferiu sair novamente. Retornou em outubro do ano passado, entre outras coisas para escrever o terceiro volume de uma obra intitulada *Os Brasileiros* (...).

Sociólogo, antropólogo e um dos mais conceituados pensadores brasileiros - , nos seus anos de exílio deu conferências em dezenas de países (...)

Um dos problemas curiosos é este: a universidade foi invadida pelas mulheres, porque é inimaginável para uma menina de classe média que quando ela termina o secundário, não dê uma chegada na universidade. E elas vão ali por que? A maior parte delas porque a universidade é uma agência matrimonial. É a maior agência matrimonial do país. Onde é que ela vai buscar o namoradinho da mesma classe social que ela, inteligente e bonzinho? Na universidade.

Então está havendo uma invasão e esta invasão é uma bela coisa. Significa que a mulher brasileira está se inserindo no mundo de seu tempo, está tomando informação, mas o que faz a universidade? Em vez de considerar que uma parte delas está ali para passar o tempo e para casar, ou fazer um trabalho secretarial, obrigam a pobre menina a declarar que vai ser dentista, ainda que ela não tenha experiência nenhuma para ser dentista. Não sou contra a mulher. Mas a realidade é que todos estes cursos são montados com espírito profissionalista.⁵⁴

A inserção das mulheres nas universidades, foi considerada por Darcy Ribeiro uma invasão, cuja intenção da maioria era matrimonial. Provavelmente ele não estava muito a par acerca do movimento feminista da década de 1970 e sua preocupação naquele momento, era analisar as instituições universitárias. Mas de qualquer forma a palavra “invasão”, deixa subentendido que as mulheres estavam entrando em grande número nas universidades e esta

53 <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117892/000968753.pdf?sequence=1> (acesso 14/12/2017)

54 Coojornal, Ano II, Nº 16 , maio de 1977, p. 18 e20.

realidade pegava de surpresa até quem era do meio acadêmico, como Darcy Ribeiro. Essa visão só confirma a mudança do papel da mulher brasileira, que buscava nas universidades profissões de maior relevância e reconhecimento social.

Encontrei uma matéria da jornalista Rosvita Sauressig, sobre a fraude dos adubos. Achei relevante, para expor novamente que as jornalistas do *Coojournal*, não tinham matérias consideradas responsáveis das jornalistas mulheres, como em outros jornais da grande imprensa.⁵⁵

Na mesma linha de jornalismo geral e não somente feminino, localizei outras matérias como a da jornalista Judith Martins Costa, sobre o novo campus da UFRGS.⁵⁶ Duas matérias da jornalista Lucila Camargo, uma sobre as chapas que vão concorrer a eleição do sindicatos dos jornalistas e outra sobre os dois anos da morte de Wladimir Herzog.⁵⁷ Também localizei matéria da jornalista Moema Bauer, sobre os limites da liberdade de imprensa, a partir da mudança da equipe editorial em julho de 1976, do único diário independente do México. O único que fazia críticas ao governo de Luiz Echeverria.⁵⁸ Importante discussão da época, a anistia aparece em uma entrevista com Therezinha Zerbini, presidente do MFPA (Movimento Feminino Pela Anistia).⁵⁹

Neste capítulo procurei elencar os pontos relevantes e também procedi a exposição dos dados coletados. A partir desses dados é que será feita a análise da pergunta inicial: se as mulheres tiveram espaço no *Coojournal*. Não só as matérias que falavam das mulheres, mas também o tipo de matérias que estas jornalistas faziam. Percebi que foi aumentando o número de matérias e o tipo de reportagem, isto como um reflexo da própria sociedade que estava se modificando. Tanto a matéria sobre Tramandaí, como a da “indústria da mulher pelada” já demonstra uma mudança e liberdade sexual que nos primeiros números não apareciam.

No próximo capítulo vou abordar se as críticas realmente alteraram a linha editorial do *Coojournal*.

55 *Coojournal*, Ano II, Nº 19, agosto de 1977, p. 14.

56 *Coojournal*, Ano II, Nº 20, setembro de 1977, p. 28 - 29.

57 *Coojournal*, Ano III, Nº 22, novembro de 1977, p.8

58 *Coojournal*, Ano III, Nº 23, dezembro de 1977, p. 24- 25.

59 *Coojournal*, Ano III, Nº 24, Janeiro de 1978, p. 30.

4 - BUSCA DE POSSÍVEIS ALTERAÇÕES NA LINHA EDITORIAL A PARTIR DE INFLUÊNCIAS DE GÊNERO

Percebi ao longo das edições que não haviam muitas matérias assinadas por jornalistas mulheres, mas as que haviam, não eram exclusivamente temas considerados femininos, como era costume em outros periódicos.

Na capa de uma das edições, localizei a manchete - *O Filão da Mulher Pelada - Apesar dos preços, as revistas com mulher nua vendem cada vez mais*.⁶⁰ A matéria se referia ao sucesso deste tipo de revista com material erótico direcionado ao público masculino e explicava que as quatro maiores revistas vendiam 530 mil exemplares por mês, apesar de serem caras.

Somente as quatro maiores revistas do gênero vendem 530 mil exemplares mensais assim divididos: Status, 170 mil; Lui, 110 mil; Homem, 180 mil; e ele, 170 mil. E seus anunciantes, para alcançarem ao privilégio de aparecer nas mesmas páginas que as estrelíssimas, podem ter que pagar Cr\$ 78 mil por um anúncio a cores de página inteira. Ou Cr\$ 53 mil pelo mesmo espaço em preto e branco, na Status.

É esta revista, aliás, considerada a pioneira na arte de satisfazer os olhos do homem brasileiro ao surgir em agosto de 1974. De quebra trazia uma leitura agradável e amena para complementar os momentos de prazer do leitor. A nova fórmula, que de original só tinha os modelos nacionais e a literatura brasileira - pois Hugh Hefner, da Playboy americana, há muito já explorava o veio dourado - começou a dar certo e outras editoras aventuraram-se no mesmo caminho.⁶¹

Outro ponto que a matéria tratou é sobre a procura das mulheres jovens para se inserir neste meio, a fim de se lançarem como artistas ou modelos de sucesso. Como esse ramo fazia sucesso no Brasil, a possibilidade poderia lhes trazer oportunidades profissionais ou de aquisição de bens. As revistas e jornais, divulgavam os altos valores que atrizes, como Sandra Bréa, tinham recebido por posar nua. Nesta matéria é informado que a atriz, considera uma estrela na época, havia recebido Cr\$ 120 mil para posar para a revista *Lui*, mas que outras editoras como a Bloch já eram mais “sovinas” com as modelos, e pagou para a atriz Vera Gimenez, somente Cr\$ 5 mil, o maior cachê pago por esta editora, até então. A reportagem não fez nenhuma análise crítica a respeito de as mulheres estarem ou não sendo consideradas um produto como qualquer outro, para venda de revistas. Apenas relataram o sucesso deste tipo de publicação e as regras a que estavam sujeitas as fotografias, para poderem ser expostas.

⁶⁰ Coojornal, Ano II, Nº 20, setembro de 1977, p. 1.

⁶¹ Ibidem, p. 30-31.

Esta matéria rendeu uma crítica em forma de carta escrita por Tânia Faillace, pois ela considerava que na reportagem, deveria ter uma explicação para essas revistas estarem fazendo sucesso e porque elas estavam sendo adquiridas por mulheres e não só por homens. A própria matéria traz este dado, mas não é problematizado. Faillace diz que o *Coojornal* perdeu um ótimo tema, sem saber fazer as perguntas adequadas.

A carta da jornalista Tânia Faillace, foi publicada na coluna *Cartas* onde ela também fez críticas a linha populista que o *Coojornal* estava tomando, com excesso de reportagem históricas, principalmente segundo suas palavras, dos trabalhistas (Getúlio, Jango e Brizola). Foi a partir dessa carta que tive a ideia da pesquisa.⁶² Segue alguns trechos que considero mais significativos da carta:

Dedo na ferida

Meus amigos:

Se vocês são viúvas do Getúlio Vargas, não vejo por que o *Coojornal* deva assumir seus mitos pessoais. Já nos números anteriores, o jornal vinha se destacando pela predominância de matérias históricas - o nº 19 continha sete páginas de História para um total de 32! Nata tenho nada contra informações do gênero, desde que não extrapolem e caracterizem o órgão da Cooperativa dos jornalistas como o boletim do Instituto Histórico e Geográfico do RS (...)

Tenho observado, além disso, que o enfoque dessa matéria é o mesmo que teriam há 15 anos atrás: imperialismo ianque versus nacionalismo progressista (ou populismo). Em boa hora Getúlio, Brizola, Lacerda, Jango e adjacências foram enterrados no esquecimento. É uma felicidade que a juventude de hoje não tenha mitos semelhantes - talvez a única compensação ao vazio informativo dos últimos anos.

Havia toda uma conotação ideológica na matéria sobre Vargas, o Salvador Incompreendido. Há, ainda, na matéria sobre Alcino. (...) Alcino era um rato da OPS ou DOPS e recebe um panegírico - pobre e humilde garimpeiro que, de repente, aparece como um especialista da campanha policial (!). Qual é? Ou rato de 1954 era diferente do de hoje?

Mesmo disparate no editorial de setembro: “É a maior tragédia brasileira” (!). Pô, têm certeza disso? Com tudo o que vem acontecendo neste país desde Pedro Álvares Cabral? Maior tragédia que o massacre de Palmares, de Canudos, dos trabalhadores da Usiminas, dos desaparecidos destes anos todos? E mais: “Tudo não passou de uma sórdida trama”. É novidade? E em que essa sórdida trama é pior que o saque institucionalizado sobre a coisa pública?

O *Coojornal* está seguindo no rumo do populismo, da pequena política, e isso é muito ruim, no meu entender. É reacionário até. (...)

A matéria sobre a indústria da mulher pelada narra mil estorinhas, mas permanece epidérmica e banal. Nada acrescenta, nada informa que já não se soubesse. E o assunto era vasto e muito interessante - foi posto fora. Faltou a análise: o enfoque sociológico, o enfoque psicológico e o enfoque mercado de trabalho. Faltou interpretar a informação mais curiosa da matéria: o fato de as mulheres comprarem mais que os homens esse tipo de revista. Por quê? Homossexualismo em avanço nos dois sexos? É importante isso.

Agora, uma observação geral: o jornal tem uma linha machista que acho negativa. Só os homens são destaque no *Coojornal* e as tiradas machista não merecem qualquer reparo. Quando o Josué Guimarães fez o fiasco de dizer que tinha escrito um livro inofensivo, “próprio para mulheres”, a coisa passou sem comentários (edição de agosto). Pode? É essa a liderança intelectual que se procura levar ao público leitor: machismo e populismo? (...)

62 Coojornal, Ano II, Nº 21, outubro de 1977, p. 2.

Não estou cobrando prodígios: a entrevista do Meneghetti, simples e sem artifícios, é inteligentemente crítica (...) excelente trabalho do repórter e do redator (...).⁶³

Tânia Faillace teceu críticas sobre política populista e sobre machismo. Conforme suas palavras, ela não aceitava argumentos machistas de *livros inofensivos próprios para mulheres*. Também ficou claro que possuía uma opinião bem fundamentada sobre política e teceu críticas aos políticos, que ela chamou de populistas. Também comentou sobre a situação política da época, inclusive falando dos desaparecidos. Sendo que era delicado falar de certos temas, pois ainda era o período da censura.

Faillace mostra que é uma jornalista preparada e nem um pouco “inofensiva” e defende através de vários argumentos a sua posição de que o *Coojournal* estava se tornando “populista e machista”. Neste caso não foi um jornalista do *Coojournal*, que escreveu algo machista, mas o fato de que ninguém da redação tenha problematizado o termo usado por Josué Guimarães: “inofensivo, próprio para mulheres”. Foi este fato que sustentou a acusação de Faillace. A isto se somou outro comentário que considero relevante, de que “só os homens são destaque no *Coojournal*”.⁶⁴

A percepção de Faillace, sendo uma jornalista ativa no meio profissional, escritora e, ao que tudo indica, atenta às as discriminações que as mulheres sofriam, foi determinante para entender que ela representava uma feminista ativa. O feminismo já era discutido nas redações, meios acadêmicos e literários, ou seja, os ambientes que Faillace frequentava. Através da carta, ela fazia uma provocação, para a linha editorial inovar e não ficar no passado. Dar espaço para as mulheres aparecerem nas páginas do jornal, faria parte da inovação necessária, representativa de novas posições sociais.

Faillace critica também a falta de interpretação do que ela julgou ser a informação mais curiosa da matéria: “o fato de as mulheres comprarem mais que os homens esse tipo de revista”. Como jornalista e feminista, Faillace talvez estivesse a par das discussões que ocorriam a este respeito, principalmente nos Estados Unidos, mas mesmo que não estivesse, ela sentiu falta de uma explicação.

Na tentativa de entender este contexto, localizei artigo de Léa de Santana e Lindinalva Rubim. O artigo começa apresentando um breve panorama, a fim de explicar que o termo pornográfico é definido pelo contexto histórico, afinal na Antiguidade as representações sexuais exaltavam a vida e a fecundidade em louvor aos Deuses. Na França da

⁶³ Ibidem, p. 2.

⁶⁴ Esta última crítica, pode ser comprovada, pois nas 24 edições que li, foram poucas as mulheres eram o foco da matéria.

década de 1740 os textos pornográficos tinham a intenção de fazer críticas as forças de dominação, representadas pela corte e clero, onde a sexualidade era o pano de fundo. Ao final do século XVIII, a pornografia libertina, cuja intenção era filosófica e política, passa a ter um objetivo comercial, incitar prazer sexual, para vender. Mas o mais popular pornógrafo, Marquês de Sade, contemporâneo dos dois períodos, nunca abandonou a linha libertina do livre pensamento, aberto a novas experimentações sexuais ou literárias, que acusava a insatisfação da classe alta contra a moralidade religiosa. Este artigo explora também a pornografia a partir da década 1970, sob a análise do movimento feminista. Este ponto é que tem importância, para este trabalho, na tentativa de tentar entender a crítica de Tânia Faillace:

Se mesmo como instrumento contestação, a pornografia já tinha como principal alvo a elite masculina e urbana, com a incitação da libido não foi diferente. O principal ponto de ataque das mulheres à pornografia, tanto entre as teóricas quanto entre possíveis consumidoras, é o fato dos materiais, filmes, revistas, terem uma narrativa e desenho voltados para a apreciação do público masculino. Tal afirmação é facilmente comprovada sem sequer precisarmos de uma investigação aprofundada: o olhar para as capas das revistas expostas, ou dos DVDs disponíveis nas locadoras; a leitura de textos de divulgação dos shows eróticos, chamadas para boates especializadas. Toda a publicidade em torno da pornografia é voltada para o consumidor masculino, para incitar o olhar e o apetite sexual do macho. Com um pouco mais de curiosidade e investigação vemos que também a produção é massivamente controlada por homens, tanto operando as filmadoras, quanto máquinas fotográficas ou editoriais de publicações. (...)

Frente a tal constatação, não é surpreendente que tenha surgido, dentre as correntes feministas, um intenso debate sobre os valores veiculados associados à pornografia, como também considerações sobre as consequências que o consumo de tais materiais traria para as mulheres. Tal debate, que ocorreu mais fortemente entre as décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos, teve como participantes as mais ativas teóricas do feminismo lésbico: as feministas pró-sexo (ou anti-censura) e as feministas anti-pornografia.(...) o discurso feminista se dividia em fortes posicionamentos: as anti-pornografia enxergavam (...) uma violência para com as mulheres e mensagem básica pode ser sintetizada pela Máxima de Robin Morgan de que “ a pornografia é a teoria; o estupro é a prática”. Já as pró-sexo defendiam haver um grande potencial a ser explorado (...) só não havia ainda sido descoberto.(...)

As bases deste debate estão no início dos anos de 1970, quando os Estados Unidos passavam por um momento de intensa repressão à sexualidade por grupos religiosos e políticos republicanos de extrema direita. Paralelo à cultura hippie, à descoberta da pílula contraceptiva e aos movimentos pelo amor livre (...).⁶⁵

Na mesma época em que as revistas, ditas masculinas faziam sucesso, também faziam sucesso os filmes com o mesmo tipo de tema. Acho relevante tentar esclarecer as visões de mundo de algumas das pessoas que estava inseridas neste mundo das pornochanchadas da década de 1970, para tentar entender o motivo do erotismo estar fazendo tanto sucesso. Para buscar o contexto em que estava inserido este universo erótico, localizei

65 <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/349/225>, p. 637 - 640. (acesso 14/12/2017).

tese de doutorado de Carlos Eduardo Pereira, sobre Carlos Reichenbach, cineasta da chamada *Boca do Lixo* em São Paulo.

Pereira, ao falar das pornochanchadas brasileiras, diz que os maiores mitos acerca da produção da *Boca do Lixo*, são de que os filmes eram filhos da censura e que o sucesso dessas produções se devia à cota de tela estabelecida pelo INC e CONCINE (obrigatoriedade da exibição de um número mínimo de filmes nacionais). O autor informa que as duas situações ocorreram, mas devem ser melhor investigados, pois existiam outros gêneros que não fizeram tanto sucesso:

Ainda que fosse mais fácil e seguro fazer pornochanchada que cinema político na época, é um tanto simplista pensar que a censura está na gênese dos filmes eróticos, até porque outros gêneros não politizados poderiam muitíssimo bem ter ocupado esse espaço. Mas foram justamente esses filmes que caíram no gosto popular, impulsionando a indústria cinematográfica da Boca.⁶⁶

O autor acrescenta que o sucesso da pornochanchada também representa o período em que se vivia. Era a época dos avanços da liberdade sexual, do movimento de maio de 1968 de Paris, das mudanças culturais, a sexualidade estavam em alta, as teorias de Wilhelm Reich e o Relatório Hite da sexóloga americana Shere Hite, são desta época. Então todos esses elementos interferiram na sociedade como um todo. A pornochanchada acabou por ocupar um lugar de destaque.⁶⁷

Localizei uma entrevista de 2011, feita pelo jornalista Luciano Trigo com o cineasta Reichenbach. O repórter pergunta se o sucesso das pornochanchadas era decorrente da censura a temas políticos.

Nos seus filmes dos anos 70 e início dos anos 80, há quase sempre um componente erótico forte. O erotismo era uma válvula de escape para a repressão política?

REICHENBACH: Desde meu primeiro episódio em longa metragem ["Alice" em *As Libertinas*, de 1967], a questão do desejo era tão importante quanto o veio transgressivo e político. O componente libertário sempre esteve presente nos meus filmes, bons e ruins. Sou da geração 68, que adoleceu sob a égide de Wilhelm Reich, Herbert Marcuse e Erich Fromm, os marxistas freudianos: eros e revolução como palavras de ordem. Quando aceitei realizar duas assumidas pornochanchadas [*A Ilha dos Prazeres Proibidos* e *O Império do Desejo*], foi para retrabalhar o repertório conservador habitual do gênero para subvertê-lo. *A Ilha* é um elogio ao hedonismo, e *Império* é quase um panfleto anarco-libertário. Mas, ambos são filmes essencialmente políticos – claro, usando a metáfora como estratégia. *Império* é, inclusive, um dos meus filmes preferidos.⁶⁸

Trouxe estas informações para especificar que a indústria erótica não era somente nas revistas. O cinema, revistas, músicas eróticas, começaram fazer parte da cultura da década

⁶⁶ PEREIRA, C. Carnavaização e antropofagia no metacinema de Carlos Reichenbach. Doutorado – UFF, Niterói. 2013.

⁶⁷ Ibidem..

⁶⁸ <http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2011/02/06/935/> (acesso 14/12/2017).

de 1970. Uma transformação que vinha se construindo desde de 1968 e que defendia a liberdade sexual, de pensamento e ideológica. Uma nova visão de mundo, onde se fortaleceu os movimentos feministas e dos negros, como os Panteras Negras dos EUA e que buscavam alterar a velha ordem social. Nas palavras de Goffmann, que escreveu sobre a contracultura jovem de 1968 a 1972:

Com a posse de Nixon, no início de 1969, aumentaram as condições para a guerra cultural e o conflito político, assim como cresceu a guerra no Vietnã. O novo presidente anunciou a “guerra às drogas” (uma herança que permanece até hoje), aprovando uma lei “sem bater”, que permitia que a polícia invadissem as casas de suspeitos de posse de drogas sem aviso (...). Estudantes negros armados tomaram o prédio da administração de Cornell(...). Hippies e estudantes que ocuparam um estacionamento abandonado da Universidade de Berkeley para transformá-lo em um “Parque do Povo” enfrentaram a mais severa violência policial sentida por radicais brancos até aquele momento.

Enquanto isso, o clima de tumulto nas ruas dos conflitos dos jovens rebeldes não se limitava aos Estados Unidos (ou à França). Em 1968-1969 houve grandes revoltas de jovens radicais cabeludos, maconheiros e roqueiros em praticamente todos os países da Europa Ocidental, bem como no México, no Japão e na Tchecoslováquia comunista.⁶⁹

O fato da carta de Faillace, ter sido publicada, demonstra que o conselho editorial respeitava as críticas da jornalista. Como já foi exposto anteriormente, Tânia Faillace era jornalista e escritora e já havia recebido elogios do editor, Elmar Bones (editor do *Coojournal*), pela qualidade de seus trabalhos, quando do lançamento de um livro de sua autoria. Também havia outras jornalistas na redação do *Coojournal*, incluindo Rosvita Saueressig, que era do conselho editorial.

Provavelmente as críticas feitas por Tânia Faillace, tenham provocado a busca por alguma matéria sobre mulheres, com um prisma mais problematizador. Não podemos esquecer que era uma cooperativa de jornalistas. Este diferencial poderia fazer com que as críticas fossem bem recebidas, pois todos os cooperados eram donos do *Coojournal*. Ainda que tivesse uma diretoria, esta era eleita em assembleia.

Na capa da edição imediatamente posterior à carta de Faillace consta a manchete: *Ensaio A Violência Contra as Mulheres*. Pelo que se percebe o *Coojournal* fez mea culpa, pois, após a crítica de Tânia Faillace, foi publicado um ensaio sobre um dos graves problemas vivenciados pelas mulheres. A violência sexual e assassinato de que as mulheres eram vítimas.

Foram dedicadas ao ensaio sobre violência contra as mulheres, duas páginas, provavelmente publicado em decorrência da crítica feita por Tânia Faillace, na edição anterior. O ensaio escrito por Jefferson Barros, analisou alguns estudos sobre violência sexual,

69 GOFFMAN, Ken e JOY, Dan. *Contracultura Através dos Tempos: do Mito de Prometeu à Cultura Digital*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 319.

onde foi detectado que na sua maioria os agressores são provenientes das classes de maior poder aquisitivo e parentes próximos da vítima. Em diversos momentos, o autor deu ênfase ao fato da mulher ser considerada uma mercadoria, ou seja, propriedade do homem. Segundo o autor, essa relação é fruto de uma sociedade onde a mercadoria é a medida de todas as coisas.

Diante da carência de “valores “sociais legítimos e válidos, somente permanece este “valor” psicológico arcaico: a posse da mulher. (Fosse a sociedade articulada por outra dominação sexual, poder-se-ia dizer: a posse do homem). Por isso, a mulher se transforma em mercadoria-simbólica fundamental, através da qual se manipula a dominação ideológica ao nível do comportamento quotidiano.”⁷⁰

Considero este ensaio importante por três motivos. Primeiro pelo fato de ter tido direito a manchete na capa e duas páginas internas, ou seja, a linha editorial neste caso foi, provavelmente, influenciada pela crítica de Faillace. Depois, o fato de ter sido escrito por um homem. Em uma sociedade onde os problemas das mulheres eram somente das mulheres, já considero uma quebra do que estava convencionado. Outro fato relevante é o próprio texto do ensaio, quando ele relaciona a mulher como mercadoria, como posse, ele ressalta: “Fosse a sociedade articulada por outra dominação sexual, poder-se-ia dizer: a posse do homem”.

Este jornal alternativo, era lido por homens e mulheres, na sua maioria simpatizantes ou militantes de esquerda. Era importante que as questões de gênero fossem trazidas para as discussões, para que essas pessoas que defendiam uma sociedade mais justa e democrática, percebessem que as pautas feministas eram tão importantes e relevantes, quanto as pautas sobre a necessidade do retorno ao governo democrático e o fim da censura. Apesar do ensaio não ter termos como feminismo, foram utilizados termos, como “mulher mercadoria-simbólica, para uso de doutrinação ideológica”. O ensaio defendeu que não tinha nenhuma justificativa para a mulher ser considerada um ser inferior, e por isso passível de posse por um homem.

Nas páginas seguintes localizei três cartas de leitores: todas criticando a carta da Tânia Faillace, em relação a acusação que ela havia feito sobre a linha populista que o jornal estava tomando.

Das cartas escritas pelos dois homens, nenhuma faz referência a acusação da linha machista que Tânia Faillace fez ao *Coojournal*. A defesa ao periódico, foi feita em relação às acusações sobre reportagens que ela considerava históricas e populistas. Por coincidência os dois leitores que enviaram as cartas, possuem o mesmo primeiro nome: Hamilton Chaves e

⁷⁰ Ibidem, 30 e 31.

Hamilton Almeida Filho, sendo que este último foi o jornalista que fez a reportagem sobre Alcino (relacionado ao atentado feito contra Carlos Lacerda).

A outra carta foi escrita por uma mulher, Magda Soares, que fez questão de deixar claro que era a primeira vez que criticava o pensamento de uma feminista, neste caso o de Faillace. Também fez questão de dizer que não considerava o *Coojournal* machista e nem populista.⁷¹

Os termos feminismo e machismo já estavam aparecendo no jornal e fomentando discussões. É interessante perceber que neste caso eram duas feministas. Isto fica claro, pois a leitora que escreveu a carta, informou que “era a primeira vez que criticava o pensamento feminista”. Mas isto não a impediu, de defender o *Coojournal* em detrimento de Faillace, dizendo não considerar o *Coojournal* machista. Nas palavras dela: “Não existe machismo; existe o fato de como o assunto é interpretado pessoalmente”. Ao final de sua breve carta, defende Getúlio, Jango e Brizola.

Na edição subsequente, foi publicada mais uma carta de resposta de Tânia Faillace, às críticas das outras cartas de leitores, acerca da acusação da linha editorial do populismo, que o *Coojournal* estava tomando. Faillace, aproveita para elogiar a matéria sobre violência contra mulheres, que discute as questões feministas e machistas.

Com relação ao machismo, o excelente artigo de Jefferson de Barros, publicado no mesmo *Coojournal* sob o título “Chapeuzinho vermelho e os lobos ricos”, é fundamental para se ter uma compreensão mais ampla da discussão feminismo/machismo.

E, ao mais, continuamos coojornalistas, destacando este nosso fórum de debate permanente e de trabalho, como uma oportunidade de aperfeiçoamento pessoal e profissional e desenvolvimento de uma discussão democrática e desinibida da realidade brasileira. Daí o distanciamento crítico que temos para nós criticarmos a nós mesmos, coisa que seria impossível numa empresa tradicional.⁷²

Também constam cartas de outros leitores comentando as cartas de Tânia e seus críticos. Uma das cartas escrita por Carlos Stein, colocou o título “Ringue de Box”, para descrever o que tinha ocorrido entre Faillace e os dois jornalistas de nome Hamilton, através das cartas que haviam sido publicadas na edição anterior. Abaixo excerto da carta que tem relevância para o tema do trabalho:

Soube que o Dedo na Ferida nasceu de uma discussão entre os editores do *Coojournal* que julgaram importante publicar a opinião de Tânia, e assim

71 *Coojournal*, Ano III, Nº 22, novembro de 1977, p. 3, 4.

72 *Coojournal*, Ano III, Nº 23, dezembro de 1977, p. 3.

revitalizar a linha. (...) Os editores e mesmo a Tânia deverão colher frutos da controvérsia. (...)

E mais outro, rápido, à Tânia. No Dedo da Ferida, criticando a linha machista do jornal, ela cita “o fiasco do Josué Guimarães em dizer que tinha escrito um livro inofensivo, próprio para mulheres”. Foste radical Tânia. Conhecendo o Josué, sabes que seu intuito foi outro. Qualificaste-o por uma frase solta, mesmo que ela bem se preste para justificar tua opinião. E sendo injusta com o autor, machucaste teu ponto de vista.⁷³

Na edição de número vinte e quatro, não localizei mais cartas de Tânia Faillace e nem dos Hamiltons, mas localizei a carta da leitora Eva de Oliveira de Porto Alegre. Segue excerto:

E mais um dedo

É incrível a reação de homens como Hamilton Chaves e Hamilton Almeida Filho quando uma mulher brilhante e inteligente como Tânia Faillace põe o dedo na ferida. A insegurança é tal que a falta de elegância chega a ser patética.

A Tânia tem toda a razão. O populismo já provou até a saturação que não funciona. (...)

Do jornal estou gostando muito. Excelente a matéria sobre Zumbi. Aliás, gostaria de mandar um abraço de agradecimento ao historiador Décio Freitas, como negra e brasileira, por tudo que está fazendo pela nossa gente.⁷⁴

Pela carta fica claro que se ela não é feminista, ao menos é consciente do tratamento diferenciado que as mulheres por parte alguns homens. Essa consciência é que torna a carta relevante. É indicativo de que algumas mulheres, ao menos algumas das que liam este jornal, já tentavam buscar as discriminações, nos discursos feitos pelos homens. Outro fato relevante dessa carta é o elogio que ela faz a Décio Freitas, em relação ao livro que ele havia publicado a respeito de Zumbi, cujo excerto consta na edição de número vinte e dois do *Coojornal*. No subtítulo da matéria aparece que “Alguns historiadores atribuem ao dia em que ele tombou morto - o 20 de novembro de 1695 - um significado maior do que ao 13 de maio”. A carta foi redigida por uma mulher consciente das discriminações de gênero e de raça e atenta ao que se publicava sobre os dois temas.

Podemos perceber que a carta de Tânia Faillace fomentou um grande debate nas páginas do *Coojornal*. Outro exemplo foi a carta escrita por Carlos Stein. Ele a acusa de ser “radical”, por ter criticado Josué Guimarães, quando este usou o termo “um livro inofensivo, próprio para mulheres”. Ela foi acusada de ser “radical”, ao solicitar aos editores do *Coojornal*, que não deixasse passar incólume o tipo de afirmação feita por Josué Guimarães. Será que o termo “radical”, cabe a uma mulher que expôs não ter se sentido à vontade com o termo: “livro inofensivo, próprio para mulheres”. Percebo que Josué Guimarães não estava a

⁷³ Ibidem, p. 3.

⁷⁴ *Coojornal*, Ano III, Nº 24, Janeiro de 1978, p. 3.

par sobre os debates feministas de 1970. No meu entendimento, Faillace não estava criticando Jousé Guimarães. Ela criticava o uso de um chavão do discurso machista e ao fazer a crítica, anunciava que já era hora de mudar o discurso.

Nas duas próximas edições, localizei outras matérias sobre mulheres e sua atuação pública e política, mas devido às limitações de páginas de um Trabalho de Conclusão de Curso, não será possível incluí-las para uma análise. Como exemplos temos uma entrevista com a cantora Elis Regina,⁷⁵ onde ela explica sua defesa pela democracia e que passaria a usar sua arte como forma de se posicionar e outra entrevista com Terezinha Zerbini,⁷⁶ do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), onde ela explica sobre o início do movimento e a importância dele para aquele momento político.

75 Coojornal, Ano III, Nº 24, Janeiro de 1978, p. 19

76 Ibidem, p. 30-31.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste trabalho foi a de promover uma discussão de como o *Coojournal*, veículo da imprensa alternativa, repercutiu pautas relacionadas a gênero e à participação das mulheres na imprensa. Tentei localizar a influência que o feminismo provocou nas jornalistas e se elas conseguiram modificar a linha editorial, colocando a sua visão de mundo. O jornal também é um reflexo da sociedade e influi, mas também é influenciado por esta sociedade da qual faz parte. Dentro desta perspectiva é que se torna relevante usa-lo como fonte, na busca de uma visão feminista de mundo, na década de 1970.

Percebi que as jornalistas, fotógrafas e profissionais que fizeram parte do *Coojournal*, vinham da classe média e dependiam do salário para se sustentar. Através da matéria, que contou com depoimentos de estudantes de jornalismo, foi possível descobrir que para os estudantes de forma geral, as faculdades de comunicação não ensinavam o que era necessário. Ao contrário, estava muito longe disto, pois os professores nem trabalhavam nas redações. O processo de aprendizagem se fazia no dia a dia dentro das redações, mesmo na fotografia, pois pelo depoimento de Jacqueline Joner, ela se coloca como uma autodidata, apesar de ter frequentado um curso universitário. Estas jornalistas e ao mesmo tempo estudantes, que entravam nas redações cheias de curiosidade e vontade de aprender, traziam também suas contribuições para um novo lugar social, para esta nova mulher.

Ao longo das leituras que fiz nas edições do *Coojournal*, percebi que mesmo as mulheres não tendo tanto espaço quanto os homens, tanto na redação quanto nas páginas, o pouco espaço que tiveram foram bem usados. Levaram ao debate questões fundamentais, não só para o movimento feminista, mas para a sociedade como um todo.

A partir da crítica de Faillace, dentro do recorte das edições que já eu já havia delimitado, foram dedicadas uma matéria por edição para mulheres. Então a linha editorial foi alterada, a partir da influência das jornalistas, mesmo que timidamente. Influência de Tânia Faillace, de Rosvita Sauressig, de Jacqueline Joner, de Moema Bauer, de Eneida, de Elaine Lerner e tantas outras que passaram pela experiência de ter contribuído com o *Coojournal*, influenciando não só a linha editorial do jornal, mas também a visão de mundo dos leitores.

Minha intenção de usar jornal como fonte e gênero como categoria de análise, no meu entendimento, foi plena de significados. Consegui fazer um panorama de uma época pela perspectiva das mulheres ou usando as mulheres na visão de homens.

Penso que este trabalho de conclusão atingiu o objetivo em relação a gênero, pois foi possível descobrir o quão relevante o feminismo estava sendo para as jornalistas que trabalhavam no *Coojournal*. Estamos vivendo um momento de farto material sendo produzido no meio acadêmico sobre a história das mulheres. Muitas perspectivas ainda precisam ser exploradas, mas penso que o jornal é uma boa fonte para este fim.

Conforme texto de Schmidt, Xavier e Petersen, para Pierre Bourdieu os grupos sociais buscam definir o que é ou não realidade durante as lutas pelo poder, então caberia ao historiador entender o motivo das diferentes posições em determinado contexto, a fim de detectar o que é ou não realidade. Para isto é necessário o uso de concepções teóricas.⁷⁷ Para este trabalho usei o gênero como categoria de análise e jornal como fonte, para perceber como o movimento feminista estava desconstruindo os discursos, que determinavam o lugar que cabia às mulheres na sociedade. Enquanto na grande imprensa os cadernos femininos tratavam de temas amenos e indicavam modos de comportamento, o *Coojournal* trazia os debates das jornalistas que alertavam para as discriminações sofridas.

Como J. Scott explica, gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado e não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher, mas também o estabelece. L. Tilly explica que as grandes transformações estruturais, acontecimentos políticos ou as transformações sociais e culturais configuraram e dificultaram a vida das mulheres ou lhes abriram novas possibilidades.

O feminismo ainda tem muito a contribuir com os estudos históricos, mas muito já se fez. Então, a partir da provocação de J. Scott e de L. Tilly: Gênero é uma categoria útil de análise histórica?; Que isso diferença faz? Respondo que para essa pesquisa o gênero fez toda a diferença. Não teria feito o mesmo tipo de problematização e descobertas, não tivesse usado esta categoria de análise. As mulheres jornalistas, feministas e esquerdistas que trabalhavam no *Coojournal*, lado a lado com homens que as viam como iguais, fez toda a diferença para a

⁷⁷Op. Cit., p. 40.

publicação do jornal, e em consequência para o seus leitores. Foi possível detectar que a redação deste jornal em específico, já contava com o pensamento feminista em sua linha editorial. Também foi possível perceber que os leitores do *Coojornal*, em sua maioria jornalistas ou simpatizantes de esquerda, costumam consumidores da imprensa alternativa, percebiam essa mudança, onde as mulheres começavam a aparecer cada vez mais, fazendo parte das transformações sociais e política do país e não só no papel de coadjuvante, como outros periódicos, principalmente da chamada “grande imprensa”, costumavam mostrar.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

Coojornal de novembro de 1975 a janeiro 1978: 24 Edições.

Jornal da Cooperativa de Jornalistas de Porto Alegre

disponível no site:

<http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/conteudo/acervodigital/coojornal/>

Referências Bibliográficas:

ALENCASTRO, L. Fernando. 1964 - Por quem dobram os sinos?. In: Janaína Teles. (Org.). Mortos e desaparecidos políticos. 1ed.São Paulo: Humanitas/USP, 2001, v. 1, p. 39-44.

_____. O golpe de 1964 e o voto popular. Novos Estudos CEBRAP (Impresso), v. 98, p. 5-11, 2014.

BARHT, Luis; **LOPES**, Laura e **CESARI**, Ana. **Olhar e Angústia num Conta de Tânia Faillace**. Artigo, Polifonia, Cuiabá, MT, v. 21, n. 30, jul-dez, 2014, p. 151 – 176.

BASTOS, Natalia de Souza. **Elas por Elas – Trajetória de uma geração de mulheres de esquerda Brasil Anos 1960 a 1980**. Dissertação de Mestrado, UFF, 2007.

BENETTI, Marcia e **FREITAS**, Camila. **A fenomenologia da memória e o “homem capaz” do jornalismo**. Conexão - Comunicação e Cultura, UCS, v. 14, n 28, jul/dez 2015.

CARDOSO, Elizabeth P. **Imprensa feminista brasileira pós – 1974**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação - USP, São Paulo, 2004. p. 42 - 46.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Edição Eletrônica, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **La Historia o La Lectura Del Tiempo**. Edição Eletrônica, Editorial Gedisa, Barcelona (Espanha), 2007.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher: Joana Lopes e a Imprensa Alternativa Feminista**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, Porto Alegre, 2002, p.3.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GOFFMAN, Ken e **JOY**, Dan. **Contracultura Através dos Tempos: do Mito de Prometeu à Cultura Digital**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 319.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos pagu, 1995, p. 30 – 31.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários. No Tempo da Imprensa Alternativa**. São Paulo, Ed. P. Aberta Ltda. 1 ed., 1991.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. São Paulo, Boitempo, Ed .1, 2004.

MACHADO, Marcia Benetti. **Jornalismo e Perspectiva de Enunciação: uma abordagem metodológica**. Artigo, Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, jan/jun, 2006, p. 1–11.

MÉNDEZ, Natalia. **Com a Palavra, o Segundo Sexo: Percursos do Pensamento Intelectual Feminista no Brasil dos Anos 1960**. Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

_____. **Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo**. MÉTIS: história & cultura, v 6, n 12, jul/dez 2007, p. 269-288.

MORAIS, Julierme; **DIAS**, F. Rodrigo. **Reflexões em torno do “ofício do historiador” e sua legitimidade epistemológica: o que Veyne, White, Certeau, Gay e Chartier têm a nos dizer?** Artigo, AEDOS n. 12, vol. 5, jan/jul, 2013, p. 25 – 41.

PEREIRA, C. **Carnavalização e antropofagia no metacinema de Carlos Reichenbach**. Doutorado – UFF, Niterói. 2013.

PETRARCA, Fernanda Rios. O Jornalismo como profissão: Titulação Acadêmica e a Inserção Profissional dos Jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado, UFRGS, 2007.

POLESSO, Natalia Borges. As Relações de Poder e o Espaço Urbano como Região nos Contos de Tânia Jamardo Faillace. Dissertação de Mestrado, Universidade de Caxias do Sul, 2011.

PROST, Antoine. Doze Lições sobre a história. Editora Autêntica, 2008, p.115.

SCHMIDT, Benito; Xavier C. L. Regina; Petersen R. F. Silvia; in Pinto, Céli R. J. e Guazzelli, A. B. Cesar (org.). **Ciências humanas: pesquisa e método** – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 40.

SCHMIDT, Benito. Nunca Houve um Mulher Como Gilda? Memória e Gênero na Construção de uma mulher “Excepcional”. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul/dez, 1995, p. 86 – 88.

SILVA, Marcia Veiga da Silva. Masculino, o gênero do Jornalismo: Um estudo sobre os modos de produção das Notícias. UFRGS, 2010.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. ArtCultura, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan.-jun. 2007, p. 39-53.

_____. **Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários conservador libertários.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, set.-dez./2005, p 591-611.

TILLY, Louise. Gênero, História das Mulheres e História Social. Cadernos Pagu, 1994, p.41.

SITES:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-dos-direitos-da-mulher-e-da-cidada-1791.html> (acesso, 12/12/2017).

<http://eusoufamecos.uni5.net/nupecc/conteudo/acervodigital/coojornal/> (acesso, 15/04/2017).

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-alternativa> (acesso, 20/05/2017).

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/117892/000968753.pdf?sequence=1> (acesso 14/12/2017).

<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/349/225>, p. 637 - 640. (acesso 14/12/2017).

ANEXOS

| | |
|--|----|
| ANEXO A - Capa com fotografia de autoria de Jacqueline Joner (edição 2)..... | 75 |
| ANEXO B - Fotografia da fotógrafa Jacqueline Joner (edição 4)..... | 76 |
| ANEXO C - Primeira página da reportagem sobre a morte de Jango, onde trabalharam Jacqueline Joner, Rosvita Saueressig e Elaine Lerner, além de outros jornalistas homens, (edição 11)..... | 77 |
| ANEXO D - Capa com o número de cassados pelo governo (edição 18)..... | 78 |
| ANEXO E - Capa - A Indústria da “mulher pelada” (edição 20)..... | 79 |
| ANEXO F - Capa com ensaio sobre violência contra a mulher (edição 22)..... | 80 |

ANEXO A - Capa com fotografia de autoria de Jacqueline Joner (edição 2)

PORTO ALEGRE, ANO I, NÚMERO 2, CIRCULAÇÃO DIRIGIDA

Luiz Rattes

19 À 15 DE DEZEMBRO 1975.

REGISTRO

TREINO

● "Saiu o CooJORNAL, o boletim da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. Muito bom, dirigido aos associados para mantê-los em dia com todas as atividades da Cooperativa, e também uma espécie de treino para o semanário que pretendem lançar em abril do ano que vem. Treino não é jogo, certo, mas a julgar pelo CooJORNAL a Cooperativa já está pronta para entrar na divisão principal. (De Luiz Fernando Veríssimo, jornal "Zero Hora" de 26 de novembro, página 6)

INFORMATIVO

● "A Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, lançou o seu boletim de circulação dirigida. O número um do CooJORNAL traz bom material informativo sobre jornais e jornalistas (Coluna "Plano Geral", do Jornal "Folha da Manhã, edição de 14 de novembro)

SUPRESSOS

● "J. Prado Magalhães e João Ferreira Neto, os dois jornalistas que planejaram e fundaram o "Jornal do Inter" em 1971 estão surpresos com uma nota publicada na primeira edição do Coojornal na qual se anuncia o primeiro aniversário da publicação no último dia 15. Eles acharam muito curiosas, também, as críticas de um idealizador do novo JI contra os criadores do JI, que, por sinal, cederam o título do jornal e licença para o seu relançamento, sem cobrar nada". (Do jornal "Folha da Tarde", edição de 14 de novembro de 1975)

EXITO

● "Acusamos o recebimento do primeiro número do CooJORNAL, que muito agradecemos. Estão de parabéns os jornalistas gaúchos pela excelente qualidade das matérias neste número. Cyril G.P. Walter, assessor de relações públicas da Squibb Indústria Química S.A., São Paulo, (carta recebida em 27 de novembro último)

MERCADO

● "Acusamos o recebimento do primeiro número do CooJORNAL, veículo que em nossa opinião, já na estréia, foi além do que pretendiam seus idealizadores: um órgão de contato com o quadro social da entidade. Pelo tipo de matérias publicadas, com informações de áreas tais como profissional, de pesquisa, ensino e cooperativismo, estamos certos de que reúne todas as condições para firmar-se numa faixa própria do mercado. Por tudo isso, Senhor Presidente, receba os cumprimentos da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, que gostaríamos de ver transmitidas a toda a equipe que colabora com o CooJORNAL. Atenciosamente, João Borges de Souza, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre. (carta recebida em 19 de dezembro último)

GENERALÍSSIMO

● "Senhorita Secretária: Telegrafia para a moçada do CooJORNAL, modestamente chamado de Boletim da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. Transmита-lhes meus mais calorosos e sinceros cumprimentos. Ainda não li direito o nº 1 do seu ano 1, mas já gostei muito. A idéia é ótima e não pode, de jeito nenhum, morrer da chamada doença do sétimo número. (Da coluna "Sala de Redação", de Cândido Norberto, publicada no dia 15 de novembro último, na página 2 de Zero Hora).

● Estudante aprende e no trabalho (opinião dos estudantes). ● Como o jornalista pode manter a lucidez em tempos difíceis ? ● Leia "A verdade, não o ópio". ● Em outubro, Tv Guaíba no ar. ● Zero Hora quer entrar no filé dos classificados. ● Correio vai deixar ? ● Um novo curso superior em Santa Maria em 76: cooperativismo

cooJORNAL

BOLETIM DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE




Foto de Jacqueline Joner. Setembro de 1975; Máq. Pentax SP 500 Lente: 28mm Tamar. Filme Tri-XASA/Vol. 1/125 Diafragma 5,6

Os salários estão caindo e não há vagas.
Esta a situação em Porto Alegre

ANEXO B - Fotografia da fotógrafa Jacqueline Joner (edição 4)

PROFISSIONAIS

Nossos fotógrafos,
mal pagos
e sem escola

Um gaúcho, Leonid Streliev, foi escolhido no ano passado o melhor fotógrafo do País. Dois outros gaúchos: Silvio Ferreira e Pedro Flores - ficaram entre os três brasileiros premiados num concurso internacional promovido pela Nikon, com a participação de 49 países. Silvio foi o terceiro colocado na categoria cor e, Pedrinho, também o terceiro, em preto-e-branco. Nos meios jornalísticos do Rio e São Paulo, persiste a impressão de que o Rio Grande do Sul dá bons fotógrafos.

E os fotógrafos gaúchos o que acham do seu trabalho? Como vêm o meio jornalístico em que atuam? Que problemas enfrentam no exercício da sua profissão? Para ter respostas a questões como essas, o Coojornal reuniu, no sábado, dia oito de maio, em sua sede, 12 profissionais da fotografia de Porto Alegre e gravou o que eles disseram durante duas horas. Participaram Assis Hoffmann, Gerson Schirmer, Ricardo "Kadão" Chaves, Jacqueline Joner, Eneida Serrano, Jaime Klantowicz, Luiz Abreu, Alberto Echart, Maurecy Santos, Silvio Ferreira, J.B. Scalco e Olívio Lamas. As discussões foram coordenadas por Osmar Trindade, Luiz Cláudio Cunha e Elmar Bones, da Coojornal e o que segue é um resumo, com os principais pontos abordados.

Passando a
vassoura no chão

Elmar — O Rio Grande do Sul tem dado nos últimos anos um grande número de bons profissionais para os jornais do Rio e São Paulo, alguns deles situam-se entre os melhores do país. Isso, no entanto, não representa que aqui no Rio Grande exista uma escola jornalística, no sentido de haver um meio jornalístico de nível elevado, com uma alta consciência profissional, com uma alta capacitação técnica e cultural. Se poderia dizer, sem exagero, que surgem bons profissionais, apesar do meio. Pode-se dizer o mesmo em relação à fotografia?

Assis — Sim. E na minha opinião, o problema mais sério para o profissional da fotografia é também o mais velho: é o problema da formação. O fotógrafo no Rio

Assis — Sim. E na minha opinião, o problema mais sério para o profissional da fotografia é também o mais velho: é o problema da formação. O fotógrafo no Rio Grande do Sul (e no Brasil todo) se forma na marra, é um autodidata. Ele não tem uma escola para aprender, não tem quem o oriente, não encontra apoio nas empresas jornalísticas que não querem investir porque não tem interesse em bons profissionais, enfim ele acaba fotógrafo de teimoso. Se ele vai ser bom ou ruim, dependendo menos do talento do que do esforço pessoal.

Elmar — Mas os nossos cursos de jornalismo tem uma cadeira de fotografia. Isso não funciona?

Assis — Funciona como funciona tudo. Qual é a orientação para escolher um professor na faculdade? Qual é o salário que oferecem? Contratando por critérios políticos ou apadrinhamentos, pagam um salário irrisório, como é que vai ter bom professor? Me diz qual o fotógrafo que está exercendo a profissão saindo da universidade? Tem um ou dois?

Elmar — Entre os que estão aqui, tem quantos?

Jaqueline — Acho que só eu e a Eneida, só nos duas.

Kadão — Mas isso também é relativo. Mesmo quem está na universidade tem que aprender mais por si do que com os professores. Eu não tenho saco para agüentar a universidade da maneira que está.

Gerson — Bom, isso não é problema só da fotografia, isso é um problema geral.

Assis — Sim, o problema dos fotógrafos é o mesmo do resto do pessoal de jornal, e de qualquer outra área. Qualquer estudante universitário no Brasil hoje reclama do estudo.



Alberto



Lamas



Gerson



Assis



Kadão



Maurecy



Scalco



Jaqueline

"Essa é a escola brasileira de fotografia. É um garoto interessado, um continuo que fica por ali pensando e aprendendo no dia a dia. É como se formam os fotógrafos" (Assis Hoffmann)

Ou vocês acham que alguém está contente com o que recebe hoje na universidade?

Elmar — Só para ilustrar, um exemplo de como se forma um fotógrafo... Tu: Kadão... Kadão — Bom eu comecei na Zero Hora. Como não tinha outro lugar para aprender eu tive que ficar no laboratório, arquivando negativos, passando uma vassoura no chão... Fiquei nove meses ali. Passou um bocado de tempo até que alguém me olhou e achou que eu podia quebrar alguns galhos com uma máquina.

Assis — Isso que vocês estão falando é a escola brasileira de fotografia. É um garoto interessado, um continuo que fica ali pensando e aprendendo. É a única chance e ainda depende do critério de cada chefe de fotografia.

Elmar — Mas não existe uma exigência legal de que o cara tenha curso universitário?

Gerson — É o seguinte: o sujeito para se registrar como repórter fotográfico tem que ter o diploma universitário ou no mínimo um ano de experiência em jornal. Mas isso não funciona. Temos aí um exemplo de um fotógrafo que entrou para a Zero Hora com a carta de uma agência de publicidade dizendo que era fotógrafo há bastante tempo.

Assis — Eu acho que isto aí depende do sindicato. Se o cara apresenta carteira como contratado há mais de um ano tudo certo, se não, não pode.

Gerson — Mas o sindicato também não atua nesta área.

Assis — Atua. Eu participei da direção do sindicato. Nós colocamos 60 por cento dos caras na rua porque não tinham documentação. Se agora o sindicato não está agindo, os profissionais tem que forçar. Se não os jornais fazem o que estão fazendo, pegam qualquer um que venha do interior, sonhando com futuras viagens à Europa, com grandes salários e se sujeita a trabalhar por mil cruzeiros por mês.

Todos no fundo
de um saco

Luiz Cláudio — Qual é a média de salários em Porto Alegre?

Silvio — Atirando por alto, dá uns dois mil cruzeiros por cinco horas diárias. Tem alguns que ganham três mil cruzeiros mas trabalham dez horas por dia.

Luiz Cláudio — Mas a jornada de trabalho não é de cinco horas diárias?

Gerson — Acontece que o fotógrafo não é considerado jornalista na hora do salário. O registro dele é igual ao dos repórteres, redatores, etc., mas isto é só no registro. Na

verdade ele não é considerado jornalista. Assim trabalha 10, 12 e até 15 horas por dia, o que é um absurdo.

Luiz Abreu — E o nível salarial do fotógrafo é equivalente ao mais baixo da redação. Fotógrafo ganha a média de repórter iniciante. Na Cidades Júnior, por exemplo, tem fotógrafo que ganha Cr\$ 1.500,00 por mês e até menos.

Assis — Eu pergunto o seguinte: que condições tem o sujeito que preso 10 ou 12 horas num jornal de se aperfeiçoar, de pesquisar, de melhorar o seu trabalho? Que entusiasmo ele pode ter? E depois, se ele trabalhasse dez horas com a certeza que o problema financeiro dele está resolvido, vá lá, mas o cara ainda tem que pensar em outra viração para ganhar mais um dinheirinho. A isso ainda se deve juntar o fato de que ele está 12 horas dentro do jornal sem ter a menor participação, sem acompanhar o que está se passando. Ele está fazendo as fotos sem um mínimo de informação sobre o assunto, cumprindo tarefas que constam numa requisição que diz meia dúzia de palavras e chega a ele levada por um continuo.

Elmar — O Beto, que está há muitos anos na Cidades Júnior poderia dizer alguma coisa, há quantos anos tu estás lá?

Alberto — Vinte anos.

Elmar — Então diz alguma coisa a respeito desses problemas que o Assis levantou, se há uma evolução...

Alberto — Realmente houve evolução. Se tentou fazer muita coisa e, na realidade, alguma coisa se conseguiu. Lá são três jornais, é muito trabalho para o departamento fotográfico, vocês sabem muito bem... Então há por exemplo, uma ordem para fazer um coquetel, o fotógrafo se frustra porque tem, muitas vezes que fazer esse tipo de coisa. Acontece que isso envolve exatamente o setor comercial que se interessa porque os convidados serão futuros comerciantes, aquela coisa toda. O fotógrafo não entende a situação que é inevitável...

Assis — Alberto, se me permites, eu acho que todo o profissional tem consciência desse tipo de coisa, o jornal tem seus interesses como uma empresa qualquer. Ocorre que nem sempre esse tipo de trabalho é de interesse da empresa. Na maioria dos nossos jornais tu tem que atender cinco, seis ou dez requisições dessas, por interesse de terceiros, que usam o jornal para defender o seu toco, a propina, o emprego fora, o vinho francês...

Alberto — Eu tenho, exatamente, evitado isso. Procuro distinguir um do outro. Quando vejo que não há nenhum interesse da empresa não mando fazer o serviço, mesmo quando há fotógrafo disponível. Olha, e eu não tenho recebido nenhuma reclamação. É sinal que os caras estão sabendo...

Gerson — Como as redações têm interesses fundamentais na área comercial, a ponto de esquecerem muitas vezes o que é jornalismo, estão forçando a cair num saco pois é só bater, fotinho na redação, bater fotinho do fulano, do cicrano coisa que sem o menor interesse para o público, apenas interesse de ordem comercial e política da empresa.

O incêndio
repetido

Trindade — Nós estivemos olhando os jornais de hoje, os tablóides. Com exceção do esporte, não se encontra quase nenhuma foto feita no dia anterior, tudo arquivo. Não tenho informações de que faltem fotógrafos aos jornais, mas o a foto jornalística anda escassa. Por que isso?

Assis — Bom, eu acho que a origem disso é que os jornais não se interessam em ter um melhor nível entre seus fotógrafos porque isso custa dinheiro, teriam que pagar melhores salários e também não tem muito critério no uso das fotografias: Não se planeja, não se discute, não se tem uma reunião de pauta, para organizar o trabalho e ter o melhor rendimento. Vou contar um caso que exemplifica bem como se encara a fotografia nos nossos jornais. Eu trabalhava na Cidades Júnior e combinei com o chefe do arquivo que se daria crédito na publicação de fotos de

ANEXO C - Reportagem sobre a morte de Jango, onde trabalharam Jacqueline Joner, Rosvita Saueressig e Elaine Lerner, além de outros jornalistas homens (edição 11).

JANGO: A MORTE NO EXÍLIO

Foto Assis Hoffmann



Largou o livro que lia na cama e pediu para a mulher apagar a luz. Foram os últimos gestos de João Goulart. Em seguida Maria Teresa percebeu que ele estava ofegante e mal teve tempo de chamar os empregados. Jango morria a menos de 300 quilômetros do lugar onde queria morrer: São Borja, a sua cidade.

Do menino Janguinho, apelido da família, as lembranças são poucas. Terceiro filho de uma família de oito irmãos, (11), morou na fazenda até os 10 ou 11 anos, onde aprendeu a montar, desenvolveu o gosto pelos passeios no campo e ficou sabendo pouco da cidade de São Borja. Seu gosto manifesto pela vida de camperadas foi interrompido nessa idade, quando seu pai — Vicente Rodrigues Goulart, chefe de tropas das revoluções de 1930/32, que ganhou o título de coronel — o mandou estudar interno no Colégio Santana, de Uruguaiana, dos irmãos maristas. Ali ele deveria fazer o curso ginasial, mas rodou na quarta série, uma consequência do pouco estudo e muitas brincadeiras, entre elas a de atravessar o Rio Uruguai nadando, conta sua irmã Maria Goulart Dornelles. Como castigo, o pai o transferiu para o Colégio Anchieta, em Porto Alegre, quando morou com dois estudantes universitários, amigos da família, Almir Palmeiro e Abdé Ayub. Foram eles que, em 1932, o levaram para jogar de zagueiro na "equipe filhote" — os juvenis de agora — do Internacional (2):

— Um guri excepcional, muito fechado, inteligente e muito, muito bom, recorda Salvador Arizio, hoje com 61 anos, que era centroeiro da equipe, que foi campeão em 32. "Ele nunca usou a influência do pai para qualquer coisa dentro do clube. Era filho de pai rico, muitas vezes chegava para jogar num Packard preto do governo mas tratava todo mundo igual. A gente que às vezes não tinha dinheiro para

o bonde". O "filho do coronel Goulart" que jogou com ele em 32, Salvador Arizio — jogador da seleção gaúcha e goleador até 1943 — só reencontrou 29 anos depois, como presidente da República:

— Tivemos uma audiência. Eu entrei sozinho e os generais se perfilarão. O João me abraçou e até chorou. Eu só tremia, minhas pernas estavam moles. Entreguei a foto da equipe campeã de 32 e na saída, ele prometeu uma ajuda, que mandou depois, para construir a sede da nossa associação de jogadores.

Além do título de campeão pelo Inter, o menino João ganhou o prêmio prometido pelo pai se passasse no exame: voltar ao Colégio Santana de Uruguaiana para concluir o ginásio.

... Foi ainda por decisão do pai que Jango retornou a Porto Alegre, para realizar um curso preparatório e ingressar a seguir na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de onde saiu formado em 1939 mas disposto a nunca exercer a profissão de advogado. Nascido em 1º de março de 1918, João Belchior Marques Goulart, que até os três anos de idade usou vestido e não cortou o cabelo para cumprir uma promessa feita pelos pais (3), tinha aprendido durante a infância, a gostar da vida nas fazendas e, na mocidade, começara os contatos com a gente

Trabalharam na edição: Osmar Trindade, Ricardo Schmit, Assis Hoffmann, Jacqueline Joner (São Borja), Riomar Trindade (Rio) Rosvita Saueressig, Marco Antônio Schuster, Elaine Lerner.

COTJORNAL — dezembro de 1976

27

ANEXO D - Capa com o número de cassados pelo governo (edição 18)

RS e SC Cr\$ 7,00 — Outros Estados Cr\$ 10,00

cooJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre, Ano II, nº 18 Julho de 1977


4.682

PESQUISA

É O NÚMERO TOTAL DE

CASSADOS

EM 13 ANOS DE REVOLUÇÃO



O líder do MDB na Câmara Federal, Alencar Furtado, é o 4.682º

**UM GAÚCHO
PODE
SER PAPA**

**A Copa do Mundo
e o terror na
Argentina**

ANEXO E - Capa com a reportagem da indústria da “mulher pelada” (edição 20).



ANEXO F - Capa com ensaio sobre violência contra a mulher (edição 22).

